

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

Padre Joaquim José da Rocha Espanca



Cadernos Culturais da Câmara Municipal de VILA VIÇOSA

Procurando recuperar aspectos da cultura tradicional alentejana e promovendo obras actuais, os cadernos culturais fornecerão aos leitores, em geral e aos Calipolenses em particular um melhor conhecimento do contexto histórico e social da actual geração.

NA CAPA:

Vista parcial de Vila Viçosa

NA CONTRACAPA:

Rua Álvaro Gonçalves

700

NOTA IMPORTANTE

A presente publicação é cópia in-
tegral do texto do manuscrito de
AS MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA, ten-
do-se unicamente procedido às ac-
tualizações ortográficas que as
circunstâncias justificavam.

MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA

D. ANTONIO DE NORONHA

Vivia nos fins do século XVI e princípios do seguinte, sendo fidalgo da Casa de Bragança.

Era Calipolense, 5º filho de D. Luís de Noronha 1º e de sua mulher D. Isabel de Mendonça.

Casou com D. Maria de Noronha, filha de D. Francisco de Noronha e de D. Luísa da Silva, que já era viúva em 1603, e dotou a filha com os serviços do marido feitos na Índia onde morreu; isto por ser o genro "pessoa qualificada dos principais fidalgos deste reino", diz a escritura de dote feita em 29 de Julho de 1603. Tinha sua mulher uma tença do Duque de 50\$000 réis anuais pelos seus serviços. Dessa quantia vendeu 20\$000 réis no dito ano a D. Antónia de Miranda, solteira, filha de Belchior Álvares de Vilalobos e de D. Luísa Diogo de Miranda (Notas). Morava nas melhores casas da rua de Frei Manuel, no centro e lado poente, que eram suas.

Em 1614 casou seu filho D. Francisco de Noronha com D. Maria de Sousa, moradora em Lisboa, dotando-o com as casas da rua de Frei Manuel e um assento de vinhas e olivais ao Carvalho: isto em 28 de Janeiro. A 30 de Outubro venderam as ditas casas a Duarte de Melo Noronha e sua mulher D. Luísa Soares para embarcar D. Francisco para Ormuz com o ofício de corretor - mor e avaliador da alfândega da mesma cidade e promessa de uma capitania em satisfação dos serviços de seu pai. Parece que teriam partido todos: pais, filho e nora (Notas). D. Francisco ainda não tinha 25 anos de idade e foi necessário intervir o Juiz Ordinário António de Sairar para se efectuar a venda das casas.

ANTONIO DE OLIVEIRA 1º

Este é um indivíduo que faleceu na Matriz em 1639 a 20 de Setembro e de quem diz o assento de óbito "que ensinava os rapazes a ler e escrever".

Benemérito da terra (já se vê!), pois quem tal profissão toma especialmente como professor particular necessita de revestir-se primeiro com a paciência do Santo Job.

Devia ser pessoa decente (posto que pobre) e natural da vila.

ANTONIO DE OLIVEIRA 2º

Filho de Manuel de Oliveira.

Tabelião em 1638, sucedendo neste officio a seu pai.

Em 1648 era escrivão do Almojarifado da Casa de Bragança.

Serviu o cargo de Vereador em 1654, 58, 62, 65, 68 e 1669 e o de mesário da Misericórdia em 1651-52 e 1660-61.

Em 1664 era escrivão da Câmara Municipal.

Faleceu em 1670 a 25 de Novembro com testamento que está registado no tombo 4º da Misericórdia. Foi sepultado em S. Paulo.

Casado com Catarina Vaz em 1647.

Em 1669 mandou registar os bens que seu irmão Manuel, Prior da Madalena de Monforte, deixou vinculados em capela com obrigação de 100 missas.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA CADORNEGA

Eis aqui o autor da *"Descrição da muito populosa e sempre leal Vila Viçosa, Corte dos Sereníssimos Duques dos Estados de Bragança"* escrita em 1683 na cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda.

Era filho de António da Cadornega e Oliveira e de sua mulher Antónia Simões Correia, os quais casaram na Matriz em 1613. Ali mesmo nasceu António de Oliveira, sendo baptizado a 2 de Março de 1624 e tendo por seu padrinho o Padre Brás Simões que foi Tesoureiro da Capela Ducal e, salvo erro, irmão ou tio de sua mãe.

Os seus avós paternos, Cristovão Peres de Cadornega e Violante Gomes de Azevedo, viviam cá em 1607 como consta de uma procuração passada para vender um juro de 15 e tantos mil réis que ela tinha assentes na Casa da Índia e umas casas que possuíam em Almeirim. Em 1618 era ele Executor do Almojarifado. Creio ser ele de origem Castelhana de Estremoz.

Cristovão Peres faleceu em 1618 e o seu filho António Cadornega de Oliveira faz lavrar uma escritura em que desistia de suceder no officio de seu pai em favor do seu cunhado António Gonçalves Ferreira, casado com sua irmã D. Catarina de Azevedo, mas esta escritura não está assinada.

Este Cristovão, segundo uma procuração do filho passada em 1644, era Cavaleiro Fidalgo da Casa de El-Rei. Vivia, pois, o dito filho em Ourém no ano referido e deu a procuração à mulher, Antónia Simões Correia, que vivia

cá. O que ele fazia só em Ourém, não sei eu. A mulher cá estava e o filho dos últimos já andava em Angola.

Os pais deste ilustre Calipolense não eram ricos, pois acho menção de ser a mãe curada pela Misericórdia da sua enfermidade no mês de Julho de 1620 (Livro de 1620-21). Viviam na rua dos Gentis numa casa com o seu quintal.

Na adolescência, António de Oliveira Cadornega estimulado pelo nobre ardor da glória militar acompanhou por soldado a Pedro César de Menezes quando este foi ser Governador de Angola em 1639. Neste belicoso teatro obrou heróicas façanhas contra os Holandeses, assim no posto de Alferes como no de Capitão, pelo dilatado espaço de trinta anos. Depois que inimigo tão poderoso foi sacudido daquelas nossas possessões ultramarinas, passou Cadornega a residir na cidade de Luanda onde, como Capitão reformado e Juiz Ordinário, viveu até 1690.

Já pela vasta notícia que daquele país tinha adquirido por observação própria, já pelos seus estudos históricos, pôde escrever em três tomos a *História Geral da Guerra de Angola* e em quatro a *História de todas as coisas que sucederam em Angola no tempo dos Governadores que a governaram depois da guerra até D. João de Lencastre*. Escreveu mais o *Compêndio da expugnação do Reino de Benguela e das terras adjacentes* e a *Descrição de Vila Viçosa* dedicada ao Conde da Ericeira D. Luís de Menezes em cuja livraria se conservava no tempo de El-Rei D. João V, como diz a *Biblioteca Lusitana* de onde extraio estas notícias.

Como aditamento juntarei que temos uma cópia dessa *Descrição* na *Biblioteca de Évora* e é o Códice CIII, 1-23. Apesar de ser uma descrição topográfica, não deixa todavia de encerrar algumas espécies históricas, v.gr. descrevendo os tumultos de 1638 contra o Real de água, etc.

A dita cópia está escrita num livro de duas mãos de papel com capa de pergaminho, restando-lhe porém alguns cadernos em branco. E, não sendo obra muito volumosa, devia ser editada por apêndice a estas minhas *Memórias* com outros documentos. Mas, assim como Cadornega escreveu muito e nada publicou por falta de editores e meios próprios, acontecer-me-á talvez a mim o mesmo.

Cadornega era historiador por inclinação natural e não porque fizesse profissão de literato, pois deixa entrever apenas que frequentara em rapaz as aulas dos Frades de Santo Agostinho (português e latim). E, como passou a militar na África Ocidental de que os Holandeses pretendiam assenhorear-se, claro está que andando na guerra muitos anos era-lhe impossível dedicar-se

a estudos profundos. Mas tinha inclinação para as letras. Começou a ler muito depois que acabou a guerra e assim pôde escrever uns poucos de volumes de história contemporânea, tendo um estilo puro, claro e não menos elegante.

A meu ver a causa que o determinou a compôr a sua Descrição de Vila Viçosa foi chegar-lhe às mãos o Valeroso Lucideno do nosso patrício Frei Manuel Calado impresso em Lisboa no ano de 1648 e achar ali uma descrição breve da sua pátria. Vendo que essa descrição como deficiente, por encaixada em lugar impróprio, não dizia quanto devia e era possível dizer, meteu mãos à obra e arranjou uma traçada *ex-professo*, não lhe metendo receio o enganar-se nalguma notícia por estar ausente da sua pátria há 44 anos. Mas... ficou manuscrita e em parte ignorada. Melhor avisado andaria se em vez de a dedicar ao Conde da Ericeira a oferecesse à Câmara e Povo da sua terra porque assim era fácil tirarem-se dela algumas cópias e ser mais conhecida pelos seus patrícios a quem particularmente interessa.

No entanto observarei que a sua obra não morreu: vive ainda, apesar de contar já os seus dois séculos!

Portanto inquestionáveis são os merecimentos de António de Oliveira Cadornega. Ele, como historiador, podia dizer a Portugal e à sua pátria particular o que Camões, como poeta, disse nos Lusíadas a El-Rei D. Sebastião:

*Para servir-vos - braço às armas feito;
Para cantar-vos - mente às musas dada.*

Ele não foi poeta, mas foi historiador, o que vale de certo bem mais. E visto que acabo de ler um igual pensamento no Cancioneiro do meu amigo A.F. Barata, citarei algumas das suas palavras:

"A poesia campeia ativa na região do pensamento; como locomotiva a grande velocidade, vôa de uma idéia a outra... A prosa não é assim: tudo descreve, contempla, esmiuça; como escalpelo em mão de inteligente operador, descobre o músculo mais recôndito, a veia mais delgada, etc." (pág. 113 da 2ª edição). E se essa prosa é a da história verdadeira como a de Cadornega, eu direi que ela se torna um vaso de ouro lavrado e cravejado com diamantes; uma arca santa para guardar o precioso tesouro da verdade dos factos e das coisas que sem ela seriam para nós como se nunca houvessem acontecido ou existido.

Com isto não intendo ridicularizar a poesia: quero somente constatar que

ela não pode ter verdadeiro prego em assuntos históricos senão já depois que estes foram miudamente retratados em prosa. Então, sim; então a poesia fica sendo a coroa da história, o ouro sobre o seu azul.

Desculpe-se a digressão. Eu só queria notar que o prestantíssimo Cadornega, alter ego do seu tempo, consumiu o vigor do seu braço a batalhar pela pátria comum, enquanto foi mister e lhe sobraram alentos para isso, e gastou o resto da sua vida, quando já envelhado (ocioso nunca!) a manejar a pena para arquivar memórias de feitos portugueses dignos de eterna lembrança. Em suma: trabalhou toda a vida em prol da pátria comum nas inóspitas plagas de Africa e não olvidou nunca a sua terra natal, buscando-lhe antes fazer imorredouras as suas passadas grandezas.

ANTÓNIO PAIS VIEGAS

Era Licenciado e servia em Espanha na casa de D. Duarte, Marquês de Freichila e irmão do Duque D. Teodósio II.

Seria filho de João Viegas, agente do Duque D. Teodósio em Madrid.

O dito D. Duarte, falecendo em 1627, nomeou nele uma das duas capelanias perpétuas que instituiu na Capela Ducal e declarou-o também por um dos seus testamenteiros.

Parece que tem o lugar de secretário do Duque D. João II logo no principio do seu governo, pois já cá morava em 1634, segundo uma escritura que vi lavrada nesse ano em sua casa. Segundo uma procuração de 1638 dada por sua mãe, vê-se que era filho de Leonor de Faria Barradas, a qual deu procuração a António Pereira da Cunha para lhe recolher os bens do Licenciado João Mendes da Fonseca, seu filho, e constavam de um legado que lhe deixara o Senhor D. Duarte, Marquês de Freichila.

Assim, pois, no ano de 1628 veio António Pais Viegas para Vila Viçosa e ficou ao serviço da Casa de Bragança, merecendo tanto aprego ao Duque D. João II que o nomeou seu Secretário e tinha-o por seu Conselheiro para todos os negócios graves. Foi António Pais e a Duquesa D. Luísa quem fez decidir o mesmo Duque a aceitar a Coroa de Rei, como é sabido pela história geral deste Reino (História Genealógica, Tomo 7, págs. 8 e 74).

Segundo a Corte para Lisboa em 1640, era ali uma das pessoas de maior influência no ânimo de El-Rei. E depois da morte de Francisco de Lucena (1643) exerceu interinamente o importantíssimo cargo de Secretário de Estado.

Escreveu um Manifesto para defender a legitimidade da aclamação de El-Rei D. João IV e um livro dos Princípios de Portugal escrito em Castelhana, o qual foi impresso em 1641.

Teve a Comenda de Nossa Senhora da Caridade de Monsarás e a Alcaidaria -mor de Barcelos (História Genealógica, Tomo 7, págs. 145 e 235).

Não posso dizer se era nascido em Vila Viçosa.

ANTÓNIO PEDRO DA ROCHA

Justo é que aos meus dê também aqui louvor esquecendo a parcialidade injusta que se não casa com o meu carácter severo e incapaz de faltar à verdade, cientemente, na mais leve coisa.

Filho único de Manuel Rodrigues da Rocha, tecelão e depois procurador da Misericórdia, e de sua mulher Maria do Rosário, da família dos Pão-Ralos, nasceu António Pedro na Matriz em 1767, pouco mais ou menos.

Seguindo a vida eclesiástica, foi professor Freire no Convento de Aviz para poder ser apresentado em benefícios do seu padroado que eram quase todos os do Alto Alentejo. E, depois de ser Pároco de Pardais, Beneficiado em Terena e em S. Bartolomeu da sua pátria, passou a Prior desta em 1811 e ali se conservou até à sua morte sucedida em 19 de Julho de 1833.

O motivo principal por que insiro aqui o seu nome é por morrer mártir do mesmo pastoral no tempo da cólera morbus. Durante esta epidemia andou sempre solícito e cuidadoso nos socorros espirituais dos enfermos e, ainda que não pouco receoso, concorria sempre à Igreja, embora não estivesse de semana, para que nunca houvesse dilações e morresse algum sem os sacramentos dos moribundos.

Em prova de que não recusava arrostar os perigos do flagelo foi em 18 de Julho ouvir de confissão uma vizinha sua (da rua da Freira), não obstante ser paroquiana da Matriz. E, sucedendo exalar ela no meio da confissão uma grande baforada, aspirou-a ele involuntariamente e tanto bastou para se sentir desde logo atacado pelo contágio e falecer na manhã do dia seguinte.

A enferma, pelo contrário, melhorou e viveu até ser minha contemporânea. Era viúva de um Alexandre Vieira, Cassapo de alcunha.

António Pedro tinha a consciência dos seus deveres de pastor espiritual; ensinava doutrina cristã e fazia práticas, tudo com pontualidade. Por isso mesmo era considerado e respeitado: tanto que o fizeram Tesoureiro da Ré-

gia Confraria dos Officiaes da Conceição.

Era primo co-irmão da minha avó paterna Gertrudes Vicência da Soledade, que, por isso mesmo, foi um dos herdeiros dos seus bens que não eram muitos e haviam sido adquiridos na maior parte por seu pai.

ANTONIO PEDRO DOS SANTOS PINTO

Não era natural de Vila Viçosa, mas de Lisboa, segundo presumo. Seu pai João dos Santos viera em 1806 por architecto ou director das obras da Capela Real e deu isso occasião a relacionar-se esta familia com a nossa terra, de maneira que António Pedro teve o emprego de Almojarife do Paço antes do ano de 1826.

Mostrou-se então e principalmente em 1828 um decidido partidário de El-Rei D. Miguel I. Logo em Fevereiro tomou parte activa nos festejos da chegada deste Príncipe, indo até no carro triumphal dos alunos do Colégio dos Reis tocando flauta, o que executava com muito primor. A 14 de Abril promoveu com António José da Veiga e Manuel Joaquim da Encarnação Sisudo a aclamação Real do mesmo Príncipe como Rei, procurando que a Câmara Municipal homologasse este voto popular no livro das Vereações, o que se effectuou no dia seguinte.

Organizando-se em 1829 o Batalhão de Voluntários Realistas, ofereceu-se para Tenente da 1ª Companhia; e, como o Capitão dela, José Maria da Costa, fosse promovido a Tenente Coronel na occasião de marchar o Corpo em 1832 para Pedrouços, teve ele o posto de Capitão da mesma e lá foi exercitá-lo.

Por isso mesmo tirou-lhe o Governo de D. Maria II o emprego de Almojarife substituindo-o por João da Costa e Oliveira.

Retirando-se então para Lisboa, viveu ali 30 ou mais anos em precárias condições, diligenciando sempre em não ser substituído ao lugar de que lhe fizera mercê El-Rei D. João VI e não D. Miguel I.

Seu irmão Joaquim Cipriano dos Santos (veja-se) é quem succedeu ao dito Costa, mas pagaram-lhe mal os seus valiosos serviços demitindo-o por fim sem razão.

ANTONIO PEDRO DE SOUSA DE BRITO

Prior de Pardais em 1780.

Comprou em 1780 por 160\$000 réis a Teresa Josefa umas casas na rua da Freira.

Parece ser bastardo dos Sousas da rua de Santa Luzia.

ANTONIO PENALVO DE TORRES (RAIMUNDO)

Filho de Pedro Penalvo Raimundo e de Ana Carreira.

Casou em 1709 na freguesia de S. Bartolomeu com Helena Josefa Ferreira, filha de João Ferreira de Campos, dotada por sua mãe com a terça dos seus bens entrando nela as casas nobres da rua de Frei Manuel, da qual teve Lourenço de Campos Penalvo, D. Josefa Vicência de Torres Penalvo, Catarina Antónia da Conceição que professou na Santa Cruz em 1734; Maria Micaela do Sacramento professa em 1742 e Ana Leocádia de Santo António professa em 1750.

Em 1708 começou a servir um officio de tabelião de Notas e era Escrivão da Correição em tempo de El-Rei D. João V. Por sua morte succedeu-lhe no officio seu filho Lourenço. E, falecendo este solteiro ao cabo de dois anos (1757), requereu a irmã a El-Rei D. José a propriedade do mesmo officio alegando ser pobre e não ter outro meio de tomar estado (o que me parece leria, porquanto instituiu por sua morte uma capela de missa quotidiana em S. Paulo) (Livro 4º dos Registos da Câmara, fl. 191).

Dono da herdade do Paraíso em 1741.

António Penalvo foi Vereador em 1715, 1732, 1737 e 1741.

Faleceu a 23 de Agosto de 1753. Morava na rua das Vaqueiras, onde embelezou um excelente prédio que se arruinou nos nossos dias achando-se agora convertido em pardieiro.

ANTONIO PEREIRA DE LACERDA

Segundo Cadornega, era filho de Pedro de Sousa Pereira de Lacerda, Fidalgo da Casa de D. Teodósio II.

Foi Alcaide-mor do Porto de Mós até 1632, ano em que a renunciou para receber a de Portel. Neste ano era já casado com D. Helena de Melo (Notas).

Depois de servir o Duque D. João II, a cujas bodas assistiu com seu pai e seu irmão Mamede, acompanhou a Corte para Lisboa e foi Fidalgo da Casa de Bragança. Mas em 1650 voltou à sua pátria por ter sido nomeado Capitão-mor das Ordenanças em Patente que se acha registada na Câmara (Livro 1º, fl. 127). E cá esteve exercitando este posto até 1658.

Foi Vereador em 1636, mesário da Misericórdia em 1631 e Provedor em 1652-53.

Em 1634 comprou a Luis de Abreu de Melo a herdade do Montinho em Benca-tel por 50\$000 réis. Nesse ano teve a comenda de S. Tiago de Ourém e a de S. Bartolomeu de Rabal que vagara pela renúncia de Rui de Sousa Pereira.

ANTONIO PEREIRA LOBO

Foi Vereador em 1735 e 1738.

Creio que era filho de Domingos Pereira Lobo.

ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Secretário do Governo das Armas da Província em 1733 e cá morador.

Era filho de Jorge Vieira da Silva. Casou e teve a António Xavier Pereira da Silva.

ANTONIO PIRES SANCHES

Licenciado que deixou por sua herdeira a Misericórdia e foi sepultado em 29 de Julho de 1630 (Cartório da Misericórdia).

ANTONIO RAVASCO DE PINA

Serviu o cargo de Vereador em 1648 e, sendo eleito outra vez em 1658, não pôde exercitá-lo por estar inibido por um ano do exercício da governança,

qualquer que fosse a causa (Carta Régia que se acha registada no Livro 19, fl. 216 verso).

Em 1642 é aflagado por Cristovão Machado Gralho para se livrar do crime da morte de Manuel do Carvalho em que ficara culpado.

ANTONIO REBELO DE SOUSA MACEDO

Era Capelão Fidalgo da Capela Real e Cavaleiro nato do Hábito de Cristo.

Serviu de Escrivão na Irmandade da Lapa muitos anos e nos difíceis tempos da construção da actual e definitiva Igreja, prestando assim relevantes serviços.

Em 1808 fizeram-no Deputado à Junta Suprema de Évora na primeira reacção contra os Franceses, o que demonstra a sua capacidade para tal missão.

Faleceu a 2 de Maio de 1816.

Lembro-me de ouvir contar a meu pai que, sendo ele de elevada estatura, foi preciso quebrar-lhe o coveiro as pernas para lhe acomodar o cadáver na sepultura em que o depositaram na Igreja de Santo Agostinho; e disto me recordo às vezes com alguns arrepios ao passar pela casa afidalgada onde ele morava na rua de Santo António.

ANTONIO REVES PEREIRA

Foi Vereador em 1836 e faleceu neste mesmo ano.

Era forasteiro e pertencera ao Regimento de Cavalaria nº 2. Sendo reformado no posto de Capitão Quartel-mestre, ficou vivendo na nossa vila por ter casado em segundas núpcias com D. Ana Vitória Antunes, filha do Capitão da Tapada Filipe Antunes Gonçalves. E porque este não deixou filho varão, sucedeu-lhe o genro no cargo de Administrador da Real Tapada.

Não teve filhos do segundo matrimónio.

Sua primeira mulher, D. Maria Francisca, finou-se em 1817; a segunda porém sobreviveu-lhe muitos anos.

ANTONIO RODRIGUES

Couteiro-mor da Casa de Bragança em 1601 (História Genealógica, Tomo 6º, pág. 387).

Casado com Francisca de Moraes. Morava na rua das Cortes nas melhores casas dela e centro do lado sul, as quais andaram na posse da sua descendência até aos nossos dias. Teve a Teodósio de Almeida Cabral que lhe sucedeu no ofício de Couteiro-mor.

Cerca do ano de 1607 comprou aos herdeiros de Arcádio de Andrade, Ouvidor do Duque D. Teodósio II, a horta que está por baixo da de S. Domingos e que dele se ficou chamando até agora Horta do Couteiro(mor). Ainda vivia em 1620 sendo casado com D. Francisca de Moraes.

ANTONIO RODRIGUES

Escrivão da Fazenda do Duque em 1619, ano em que foi eleito Procurador da Câmara e Povo às Cortes de Lisboa com procuração passada em 10 de Julho (Notas).

ANTONIO RODRIGUES DE ALMEIDA

Era filho de Teodósio de Almeida Cabral e de D. Antónia de Melo (dos Melos das Galveias) e foi baptizado na Freguesia de S. Bartolomeu a 17 de Março de 1625.

Foi eleito Capitão de Ordenanças de uma companhia supranumerária a quem deu o título "da gente desobrigada" por privilégios que o patriotismo pôs de parte na Guerra da Restauração da Monarquia. Esta companhia foi criada em 30 de Abril de 1644 com aprovação do General das Armas da Província Matias de Albuquerque, a fim de que a gente dela, por isso mesmo que constava de homens ricos e nobres, pudesse com mais prontidão sair a correr a campanha.

António Rodrigues não sucedeu no cargo a seu pai: foi para Lisboa e ali tinha em 1655 o cargo de tenente da Guarda Real. No mesmo ano vendeu a André Mendes Lobo o resto da horta do Couteiro.

Casou com D. Ana de Almeida. Teve a Francisco Rodrigues de Almeida que não sei se já nasceu em Lisboa.

ANTONIO RODRIGUES CANHÃO

Licenciado, Prior de Pardais dezasseis anos (desde 1660 até 1676) e Capelão da Real Capela.

Escrivão da mesa da Misericórdia em 1663.

Era Calipolense e filho de António Rodrigues Ruindade, sapateiro em 1631 e fabricante de curtumes depois. A sua bondade não era muita, pois vejo que em 1658 matou Manuel, o mudo, e teve de afiançar-se para se livrar solto com perdão dos parentes.

Faleceu em 28 de Agosto de 1682 com testamento no qual instituiu uma capela de missa quotidiana no altar de S. Pedro na Matriz, administrada por primos seus e, na falta deles, pela Irmandade de S. Pedro. Andou esta capela no poder dos Feios porque André Roiz Ruindade casou com Francisca Teresa Feio, e acabou no tempo do Marquês de Pombal.

Foi sepultado na Igreja dos Capuchos.

ANTONIO RODRIGUES LEDO

Foi Procurador do Concelho em 1608 e 1614 (Livro 1º dos Registos da Câmara, fl. 105).

ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Casou em 1670 com Isabel de Abreu de Pina, filha de António Roiz de Pina e de Beatriz Francisca, dotada em 160\$000 réis em bens de raiz e móveis e o usufruto de umas casas na rua do Espírito Santo.

Em 1685 deu fiança para ser almoxarife das rendas da Casa de Bragança.

Foi Vereador em 1692.

ANTONIO ROIZ DIABO

Procurador do Concelho em 1628. Era filho de Baltazar Roiz Diabo.

ANTONIO ROIZ DE PINA

Criado de Sua Majestade nesta vila em 1648.

ANTONIO ROIZ DE PINA

Vivia em 1683 casado com Beatriz da Silveira outro que era Escrivão do Ju dicial e neto do anterior por parte da mãe. Este era filho de Francisco Gon galves Cabeça e de Cecília de Abreu de Pina. Doou em 1684 a seu tio Antó nio Roiz de Oliveira, casado com sua tia carnal Isabel de Abreu de Pina, os serviços feitos à Casa de Bragança pelo dito seu avô.

ANTONIO DA ROSA E SOUSA

Era filho do Brigadeiro José António da Rosa, natural de Olivença, e de D. Mariana Cecília José de Araújo, irmã de Caetano José Alves de Araújo.

Nasceu em Vila Viçosa no ano de 1813.

Seguindo, como seu pai, a carreira das armas, foi Ajudante do Batalhão Académico de Coimbra a favor de D. Miguel I e defendeu sempre a sua causa até à Convenção de Évora-Monte, ao contrário de seu irmão que militava com D. Pedro. F.A. Roiz de Gusmão num artigo intitulado Reminiscências publica do no nº 1.022 da Nação de 14 de Maio de 1887 chama-lhe "valente e hábil" oficial.

Tinha já o posto de Capitão de Caçadores e, não querendo passar ao servi ço da Rainha D. Maria II, tornou à sua pátria preferindo viver antes pobre do que traír a causa do Rei que jurara defender.

Nas campanhas de 1832-34 tornou-se admirável pelo sangue frio com que as sistiu a vários recontros com as tropas dos Liberais. Durante o cerco do Porto, indo fazer excursões com uma companhia de Caçadores para junto dos muros da cidade, era sempre o primeiro da frente no avançar e o último na retirada, obrando assim ao contrário de Xerxes, Rei dos Persas, de sorte que um dia quando já retirava apontaram-lhe os Liberais da Torre da Marça uma peça de artilharia cuja bala por pouco lhe não acertou. Ao senti-la zunir, voltou-se para a Torre e levando a mão à viseira da barretina paralhes agra decer este "afago" continuou a retirar sem apressar o passo. De outra oca-

sião, achando-se numa escaramuça ao redor de Setúbal, cortou-lhe umabala os tirantes da espada e ele, todo risonho, levanta do chão a bainha da espada dizendo aos soldados: *Oh, rapazes! Arranjem-me para aí um cordel para segurar a bainha, que lá se me foram as correias... Toca para a frente!* Isto não me foi contado por ele, mas por camaradas seus.

Notava-se-lhe já então algum excesso no uso das bebidas alcoólicas, mas era no meio desses mesmos excessos que ele se tornava mais destemido.

Retirado à sua pátria, viveu por muitos anos com sua mãe e irmãs na casa nobre da rua de Santo António e por último vivia só do magro ordenado de anuense da secretaria da Câmara e da sua agência como escriturário de quem lhe pagava, o que quer dizer que vivia pobre e desolado.

Para cúmulo dos seus infortúnios, indo mostrar o Castelo a uns amigos de fora da terra, caiu na cava do revelim ocidental (como já tem acontecido a outros) e quebrou uma perna em duas partes. Seu tio Caetano Alves o recolheu então em sua casa e lhe tratou da cura sem amputação da perna, mas sempre ficou padecendo deste achaque e dele veio a morrer alguns anos depois (aí por 1863) contando menos de sessenta anos.

Sempre foi solteiro.

ANTONIO DO RUSSOL

Armeiro do Duque em 1604 e no mesmo ano teve o foro de Escudeiro Fidalgo da sua casa (Notas).

ANTONIO DE SAIAL OU DE SAIAR

Vereador mais velho em 1602 (Livro 1 dos Registos, fl. 76 e Notas). Item no ano de 1606.

Era casado com Beatriz Dias Ferreira em 1603.

Parece-me ser ele quem fundou a casa nobre do Rossio por cima da rua de Frei Manuel, rua que também se chamou do seu nome, e não vejo que ele morasse na mesma rua.

Foi senhor da pequena herdade da Calva em Bencatel. Era dono da herdade do Gavião de Bencatel.

Jufz Ordinário em 1610 e 1614.

ANTONIO DE SANDE PINTO

Vereador em 1608 e 1612 (Livro 1 dos Registos, fls. 105 e 114).

FREI ANTONIO DE SANTA GERTRUDES PITEIRA

Filho de Francisco José Piteira, sapateiro e fabricante de curtumes, morador na Corredoura (falecido em 1797) e de sua mulher Genoveva Maria.

Professou na Ordem dos Agostinhos Descalços (Grilos) e no Convento de Évora a 24 de Dezembro de 1796: dia em que fôra baptizado na freguesia de S. Bartolomeu 17 anos antes.

Sendo expulso em 1834, ficou residindo em Portalegre onde gozava de muita consideração e estima e assim teve ali os honrosos cargos de Vigário Geral deste Bispado e seu Administrador Apostólico por Breve Pontifício. Foi ele quem publicou ali em 1855 a Bula *Ineffabilis Deus* do Grande e Saudoso Papa Pio IX sobre a definição dogmática do mistério da Imaculada Conceição da Virgem Maria.

Faleceu na mesma cidade em 1857.

Eram seus irmãos Frei José de S. Boaventura, Joaquim José Piteira e Lino José, os quais todos terão lugar distinto neste livro.

ANTONIO DA SILVA PARACANA

Era natural da Beira e da Matriz da vila de Cardigos e filho de Luís da Silva Paracana e de Ana Lourença.

Veio para casa do seu tio António Dias Rodão por caixeiro e depois casou com a viúva deste (veja-se), D. Joana Rita de Torres, da qual lhe ficaram dois filhos e uma filha.

Foi Vereador em 1864 e anos seguintes até ao biénio de 1870-71 em que faleceu (a 16 de Abril de 1871).

Era bom homem, desinteressado e pacífico. Aumentou muito a sua casa negociando com os herdeiros legítimos de seu sogro José Maria Torres a cedência da herdade de Cascalhais em benefício de sua mulher e outras vantagens para lhes não contestar o seu direito e por último comprou o morgado de S. Domingos em que entrava a herdade da Ribeira de Borba.

Muito mais aumentaria se não lhe adviesse uma hidropisia contando apenas cinquenta e um anos.

ANTONIO DA SILVEIRA

Houve muitos deste nome na nossa vila.

Aquele a que me refiro era filho de Pedro Mendes de Matos e vivia nos princípios do século XVII. Em 1608 foi testemunha do testamento do Senhor D. Filipe, irmão do Duque D. Teodósio II, e creio ser este mesmo o que deu os nomes a duas herdades situadas junto da Ribeira de Borba e ao sul da Tapada Real conhecidas por Silveiras ou de António da Silveira; e porque uma é mais pequena, chamam-lhe a Silveirinha (História Genealógica, Tomo 6º, pág. 266).

Vivia na freguesia de S. Bartolomeu e rua dos Fidalgos, sendo casado com Francisca da Silveira, da qual teve a Manuel, baptizado em 29 de Outubro de 1610 e creio ser o que depois foi Vereador com o nome de Manuel da Silveira da Fonseca, e a Pedro em 1613, etc.

Foi Vereador mais velho e Juiz pela Ordenação em 1627. Ainda vivia em 1635 quando foi excusado pelo Duque de servir na mesa da Misericórdia.

Em 1640 acompanhou a Corte para Lisboa e lá morreu deixando um filho chamado como o avô Pedro Mendes de Matos, o qual tornou para Vila Viçosa e morreu na rua dos Fidalgos na casa de João Correia. Vivia lá em 1645 e mandava cá o filho Pedro a fazer arrendamentos.

Em 1633 deu-lhe o Duque a Comenda de S. Lourenço da Pedisqueira que vagara pela renúncia de João Mexia.

Ainda vivia em Lisboa no ano de 1648. Era falecido em 1665, mas neste ano vivia ainda lá sua mulher Francisca da Silveira com o filho Pedro Mendes de Matos ainda solteiro.

Esta família dos Silveiras era muito numerosa e por isso confundem-se uns com os outros.

Em 1751 vivia na Matriz um outro António da Silveira. Este era filho de Isabel Pinheiro e foi testamenteiro de Joana Dias da Silveira em 1569. Talvez fosse avô do precedente.

ANTONIO DA SILVEIRA DA FRANCA

Este acha-se memorado na Biblioteca Lusitana sem o último apelido como autor de um manuscrito intitulado *Doações do Real Estado e Casa de Bragança conforme se descobriram em papéis e documentos autênticos de que se dá notícia em suma.*

Era Licenciado em Leis e foi procurador da nossa Câmara na audiência que em Estremoz deu o Dr. Gaspar Ferreira da Silva aos procuradores do almoxarifado da mesma vila em 9 de Fevereiro de 1685 para se fazerem as devidas alterações nos encabeçamentos das vilas e sustentou ali que, tendo a população da nossa diminuído consideravelmente a partir do ano de 1640, devia ser diminuída a taxa do seu cabeção. Obteve, com efeito, que se lhe fizesse uma redução de 190:000 réis.

Em 1679 era casado com Joana Pereira e vivia na Matriz, mas em 1691 era freguês de S. Bartolomeu e ali baptizou um filho chamado Xavier.

Em 19 de Dezembro de 1687 alcançou carta de futura sucessão no cargo de Procurador da Casa de Bragança por morte do Licenciado André Aguiar da Silva, pelas razões de ser natural e morador desta vila, Advogado nos auditórios dela "e haver posto em forma jurídica e recolhido várias doações pertencentes ao Estado de Bragança e escrito a genealogia dos Excelentíssimos Senhores Duques dela, reduzindo tudo a pecúlios e papéis particulares e autênticos, com cujas notícias os privilégios do dito Estado melhor se observariam, etc." (Carta de mercê no Livro 2 dos Registos da Câmara, fl. 286). É o manuscrito a que se refere a Biblioteca Lusitana.

Depois de ter deixado de ser Síndico da nossa Câmara, tornou a sê-lo em 1709.

Em 1679 tomou de aforamento à Misericórdia em 500 réis duas courelas de vinha com um casarão no meio que fora lagar de uvas. É o lagar de baixo ou de S. Marcos.

Em 1705 morava na rua das Vaqueiras por baixo das casas ou casarão da Casa de Bragança.

Em 1701 meteu freira em S. Domingos de Elvas a sua filha Teresa Hortênsia de Jesus com dote de 400\$000 réis e uma tença de 16:640 réis que ele formou em capital dado às freiras de Santa Cruz desta vila. Por morte da freira passaria este capital a seu filho Xavier da Silveira da Franca, soldado do regimento de Estremoz, e a sua filha Esperança Xavier Pereira, viúva de António Pinto de Oliveira, moradora em Elvas com dois filhos seus.

O filho Xavier militava na Índia em 1729 e de lá mandou procuração a sua mãe para lhe vender umas casas que tinha na rua das Vaqueiras, da legítima de seu pai.

António da Silveira da Franca faleceu em 27 de Junho de 1715 e foi sepultado em S. Paulo, sobrevivendo-lhe sua mulher.

ANTÓNIO DA SILVEIRA DE VILALOBOS

Veja-se António da Silveira.

ANTONIO SIMÕES

Tinha escritório de Advogado em 1588.

Licenciado. Vivia no último quartel do século XVI e era irmão de Brás Simões, Tesoureiro-mor da Capela Ducal.

ANTONIO DE SOUSA

Conheço três deste nome: um, filho de Fernão de Sousa (que os Mouros mataram em África em 1464) e de sua mulher D. Mécia de Castro, e que sucedeu na casa. Este, ainda que morasse em Vila Viçosa, não era nascido nela.

O segundo já poderia ser daqui natural e morador, sendo filho de Fernão de Sousa 2º e de sua mulher D. Filipa de Melo e neto do precedente. Creio ser este segundo o que em 1588 foi à Índia por capitão de uma nau com João de Tovar Caminha (veja-se). Era mesário da Misericórdia em 1598.

Ainda houve um terceiro António de Sousa, filho de Fernão de Sousa 3º, o qual casou na Matriz em 17 de Agosto de 1620 com D. Helena de Mesquita, estando presentes Manuel Sardinha de Moraes, Cristovão de Moraes, D. Maria de Mesquita e Sebastião Freire.

Serviram todos a Casa de Bragança.

(Do Livro de Família dos Souses da rua de Santa Luzia).

ANTONIO DE SOUSA DE ABREU

Em 1548 servia o cargo de Provedor da Misericórdia um indivíduo deste nome que era Fidalgo do Duque, talvez filho de Sebastião de Sousa de Abreu 1º.

Depois houve outro que era Fidalgo do Duque D. Teodósio II. Vereador em 1602. Tomou parte nas festas do casamento do Duque em 1603 e acompanhou-o a Elvas em 1619. Tinha a Alcaidaria-mor de Borba e a Comenda de Santa Maria de Rio Frio de Carregosa (História Genealógica, Tomo VI, págs. 426 e 462).

Casou em 1610 com D. Joana de Liz. Em escritura de 20 de Julho ratificou ele a aceitação do dote da sua esposada. Esse dote seria "uma marinha grande e duas mais pequenas em Moteca, dez moradas de casas em Setúbal, uma vinha em Santos, um pomar junto a S. João, tudo em Setúbal; 50\$000 réis a juro da alfândega de Setúbal, oito moios da renda em herdades do terreno de Alcácer, umas casas nobres em que ela vivia junto ao Salvador em Lisboa, 60\$000 réis de tença assentados na casa das carnes da mesma cidade, nove mil cruzados em dinheiro, alfaías de ouro e prata e escravos (Notas).

ANTONIO DE SOUSA DE BRITO 1º

Filho de Pedro de Sousa de Brito e de sua mulher D. Luzia da Costa. Foi 2º Deão da Capela Ducal de cuja dignidade tomou posse por morte do seu segundo tio Manuel Passanha antes de 1620 e como tal assistiu às exéquias de D. Teodósio II e ao casamento de D. João II e baptizou os filhos deste nascidos em Vila Viçosa.

Em 1623 fez-lhe o Duque mercê de o apresentar num benefício da Igreja de Santa (...)(1) de Chaves que vagara por morte do Licenciado Manuel de Luce na (2º). Era lavrador e morava na rua de Santa Luzia junto da casa de seu irmão Manuel.

Juiz da Irmandade do Santíssimo de S. Bartolomeu em 1634.

Faleceu em S. Bartolomeu a 22 de Agosto de 1644.

Houve mais um deste nome (veja-se Pedro de Sousa de Brito).

(1) Ilegível no manuscrito.

ANTONIO DE SOUSA DE BRITO 2º

Filho de Manuel de Sousa de Brito e neto de Pedro de Sousa de Brito 1º. Foi baptizado em S. Bartolomeu a 13 de Dezembro de 1623. Teve a Alcaidaria de Évora-Monte.

Seguindo, como seu tio do mesmo nome, a vida eclesiástica, foi Beneficiado de S. Tiago de Monsarás (benefício que em 1654 arrendou por dois anos em 80\$000 réis) e depois Mestre Escola da Colegiada de Barcelos, lugar que tinha ainda em 1661. Como, porém, não tivesse mais do que ordens menores, deixou o benefício para casar na dita Barcelos com D. Estácia de Mendanha de quem não teve filhos, mas houve um bastardo chamado Manuel de Sousa de Brito que, depois de seguir os estudos, casou em Lisboa (mal, diz o Livro de Família).

ANTONIO TAGARRO

Escrivão das Sisas em 1614. Parece-me ser irmão de Pedro Tagarro da Silva (Notas).

ANTONIO TAVARES DE PINA

Foi Mestre de Campo dos Auxiliares da nossa comarca e ao mesmo tempo Governador da nossa praça, de que tomou posse a 3 de Dezembro de 1666.

O General Dinis de Melo e Castro mandou-lhe montar o seu Terço em 1670 como em tempo de guerra e no ano seguinte foi Guarda-mor da Saúde.

Faleceu em 1676 e teve por sucessor o seu antecessor Cristovão de Brito Pereira 3º.

Figurara em 1662 no cerco de Juromenha sendo também o parlamentar mandado pelo Governador Manuel Lobato Rinto ao acampamento de D. João de Áustria para se tratar da capitulação visto o nosso exército não poder socorrer a praça.

Vivia na Matriz em 1668 sendo casado com D. Leonor Mendes de quem teve sucessão.

Dele procedeu Diogo Tavares de Pina que em 1730, sendo viúvo de Ana Gomes de Torres, casou em S. Bartolomeu com D. Josefa Bernarda de Gusmão, fi-

Iha de Rafael Vaz Frade e de Ana Giroa de Gusmão.

Era falecido em 1677, mas vivia sua mulher e duas filhas: Maria de Pina e Natália de Pina.

Não sei se António Tavares era nascido em Vila Viçosa, mas encontro no registo paroquial da Matriz de 1698 um António, filho de Francisco Tavares e de Faustina de Moraes, que me parece este; assim como encontro no registo de S. Bartolomeu um Diogo de Pina Tavares casado com Ana Gomes de Torres, com descendentes.

ANTONIO DE TAVORA PINTO

Filho de António de Ataíde Pinto (veja-se). Era Calipolense. Foi servir na India como fizera seu pai, mas não voltou de lá porque morreu afogado no mar indo numa jornada para o Japão. Isto foi nos princípios do século XVII.

ANTONIO TEIXEIRA COUTINHO

Almoxarife do Estado de Bragança em 1662.

ANTONIO DE TORRES DA SILVEIRA

Escrivão do Almoxarifado da Casa de Bragança em 1727. Casado com Francisca de Sousa.

ANTONIO VELHO DE GOIS

Padre em 1711, possuía a quinta de D. Diogo de Melo ao Paúl, a qual por sua morte ficou para as suas duas irmãs Mariana de Góis Velho e Isabel Joana de Góis Velho. Daí lhe ficou o nome que hoje tem: Quinta das Velhas, foreira à Casa de Bragança em 3:750 réis.

Diz V. de Almada que era natural de Elvas onde nasceu a 20 de Março de 1670, sendo filho de Manuel Velho e de Luísa Góis de Andrade.

Foi Prior da Matriz e faleceu a 26 de Janeiro de 1734. Era pregador, mas só está impresso o sermão que pregou na festa de Santa Rita que D. Luísa Clara de Menezes, mulher do General Gomes Freire de Andrade, mandou celebrar em 1714 pelo bom sucesso do sítio de Campo Maior.

ANTONIO DA VEIGA

Era Cavaleiro da Ordem de Malta na qual, depois de ter exercido vários cargos com grande crédito da sua pessoa, foi Secretário do Grã-Mestre e possuiu uma rendosa Comenda (a de Moura-Morta e anexas).

Como era ornado de viva compreensão e rara habilidade, fez admiráveis progressos em todas as artes dignas de um cavaleiro tornando-se insigne humanista, grande geómetra e matemático, excelente poeta, músico, tangedor de toda a espécie de instrumentos, de tal sorte que ele mesmo compunha a letra e a solfa cantando-as com suma graça e entusiasmo.

Habitava em Torres Novas no ano de 1618 contando já a propecta idade de 75 anos.

Compôs uns tercetos em resposta a um panegírico dedicado a ele e que começavam:

O dextro canto da sonora lyra

e acabavam:

Enquanto prevenis o herdico e grave.

Francisco de Moraes Sardinha faz menção no Parnaso de Vila Viçosa de três sonetos seus que principiam:

Debaixo d'esta pedra triste e escura -

Formosa Júlia mais que a branca Rosa -

Apenas a quieta noite cobre - etc.

Assim se lê na Biblioteca Lusitana e no Parnaso citado por ela onde vem o seu elogio no Livro 2, cap. 59.

No registo da Matriz menciona-se ter ali casado no ano de 1613 um António da Veiga com Isabel Fernandes.

O comendador foi sepultado a 14 de Julho de 1620.

ANTÓNIO VICTOR DE CARVALHO

Nascido em Bencatel em 1838 e filho de Celestino Maria Ferreira Monteiro de Vila Viçosa e de Maria Joana, de Bencatel. Em 1885 era Capitão da Guarda Municipal de Infantaria de Lisboa depois de ter servido nove anos no Ultramar (África). Em 1886 passa a Capitão de Caçadores nº 11. Em 1887, Governador da Torre de S. Julião.

ANTONIO VIEGAS

Mestre de ensinar meninos em 1588.

ANTONIO VIEGAS CORREIA

Era Calipolense. Foi Coronel governador da nossa praça em cujo posto faleceu no ano de 1723 e freguesia de S. Bartolomeu. Nunca mudou de estado. Por isso fez testamento. Creio que era filho de João Viegas Correia, falecido em 1706 na sua casa da rua de Santa Luzia.

ANTONIO VIEIRA 1º

Sobrinho de João Gomes Vieira, serviu a Casa de Bragança e assistiu em 1578 à Batalha de Alcácer em África acompanhando o Duque D. Teodósio II (Paraso de Vila Viçosa, Livro 2, cap. 33 e História Genealógica, Tomo VI, pág. 310). Era Calipolense e mesário da Misericórdia em 1598.

ANTONIO VIEIRA 2º

Aprendeu na sua pátria a arte musical com o distinto professor João Lourenço Rebelo, Mestre da Capela Ducal e do Colégio dos Reis, conhecido vulgarmente pelo Rabelinho, conforme diz Cadornega. Dele trata a Biblioteca Lusitana de onde tomo esta notícia.

Tão subidos progressos fez na arte musical que chegou a competir com o

seu mestre e merecer ir exercê-la em Lisboa na Igreja do Loreto e na Santa Casa da Misericórdia como director dos seus coretos. Dali passou a ter igual officio na vila do Crato, sede do Grã-Priorado da Ordem de Malta em Portugal, e onde veio a falecer.

Compôs muitas obras da sua arte que mereceram louvores dos seus contemporâneos, sendo as principais:

Missa do 1º tom a 12 vozes;

Miserere a 8 vozes do 8º tom;

Dixit Dominus do 1º tom a 12 vozes;

Motete Pater Peccavi;

Motete de defuntos Domine, quando veneris;

as quais todas se conservavam na Biblioteca Real de música em Lisboa no tempo de El-Rei D. João V.

Floresceu no século XVII.

ANTONIO VIEIRA GIL

Licenciado e Vigário da Vara em 1659.

ANTONIO DE VILALOBOS

Escrivão do Judicial em 1588.

Serviu na Itália em tempo do Rei Filipe II e aí deixou honrado o seu nome pela sua perícia militar. Atendendo, pois, aos seus créditos, o Duque D. Teodósio II, a quem ele era obrigado, chamou-o para o fazer Mestre de Campo da gente de pé que em 1594 devia guarnecer a costa marítima das terras do Ducado no Minho (História Genealógica, Tomo VI, pág. 336).

Era nascido em Vila Viçosa (Parnaso, Livro 2, cap. 35).

Teve em 1605 o officio de Tabelião de Notas (Livro 1 dos Registos da Câmara, fl. 85).

No ano de 1579 casou na Matriz um indivíduo deste nome com Inácia Soares que testou em 1595 deixando o remanescente da sua terça a seu filho Francisco de Vilalobos.

No princípio do século XVI havia em Estremoz gente desta, pois de lá era Lopo de Vilalobos que assistiu à conquista de Malaca em 1511 com Afonso de Albuquerque.

ANTONIO DE VILALOBOS

Sargento-mor do Duque em 1640, homem solteiro, veio cá e vendeu umas casas que tinha na rua de Cambaia. Este era irmão de José de Vilalobos. Faleceu em 1640; herdou seu sobrinho, Belchior de Vilalobos, o qual deu fiança por dívidas ao Duque por ter mandado ao Brasil um navio com fazendas.

ANTONIO XAVIER DO VALE

Filho de Domingos do Vale, tenente de cavalos em 1717, e de Maria Soares de Oliveira. Recebeu o baptismo na freguesia de S. Bartolomeu a 12 de Março de 1718.

Dedicando-se à vida eclesiástica, foi Freire de Aviz e Lente de Moral no Convento da Ordem. Passando a ter o cargo de Prior de S. Bartolomeu, sua freguesia natal, exercitou-o com geral satisfação desde 1754 até 1765, em que faleceu a 16 de Novembro.

Escrevia bem e os seus assentos são dos melhores de todo o registo antigo e moderno. Além disso, era tão amigo de registar factos interessantes que muitas notas marginaes escreveu nos assentos e eu muito lhas agradeço.

Favoreceu muito a instituição do Beatério em 1763, contribuindo assim para os Priores de S. Bartolomeu ficarem sendo superiores espirituais das Recolhidas.

APOLINARIO DE VALDERRAMA .

Homem nobilíssimo que militou nas Indias Orientais e houve ali o elevado posto de Capitão-mor. Esta noticia é do Parnaso de Vila Viçosa, Livro 2, cap. 45, onde está o seu elogio, mas sem trazer outras especialidades. Encontram-se elas nas Décadas de Diogo de Couto, Dec. 7, L. 3 e seguintes.

Foi para a India com o Vice-Rei D. Constantino de Bragança em 1558 e continuou ali a servir como capitão de navio em várias empresas porque não se retirou no fim do triénio do seu amo. Em 1560 assiste à empresa de Jafanapatão. Um ano depois vai a Cochim com o Vice-Rei Conde do Redondo. Ou porque voltando a Vila Viçosa com D. Constantino, tornasse à India, é certo que em 1568 torna a figurar na armada do Malabar às ordens do capitão-mor Martin Afonso de Miranda. Assiste num navio à defesa do cerco de Goa em 1570-

-71 junto à ilha de João Lopes. Durante o mesmo cerco sai em socorro do castelo de Onor que estava sitiado pela rainha de Garço, atigada pelo Hidalxá; e daí passa a socorrer a fortaleza de Chalé cercada pelo Samorim sob as ordens de D. Diogo de Menezes (Dec. 4, cap. 40). Em 1572 vai a Damão em companhia de D. Jorge de Menezes para a fortificarem contra o Magol que se apoderara do reino de Cambaia (Dec. 9, cap. 13). Em 1574 vai por Capitão-mor de fustas a correr a costa do Malabar sob o comando de João da Costa (Dec. 9, cap. 26). Depois de 1575 faltam notícias em Couto e é provável que tornasse para a sua pátria a comer no descanso o que lá grangeou com trabalho.

Devia ser descendente de Francisco de Valderrama, criado do Duque de D. Jaime, e talvez quem desse o nome à travessa do Valderrama, sendo morador à esquina da Corredoura da parte do sul porquanto na travessa não há mais do que serventias ou prédios humildes.

ARCADIO DE ANDRADE

Era Licenciado ou Bacharel em Leis. Em 1564 foi Juiz de Forananossa vila, o que mostra não ser dela natural. Mas continuou depois disso a viver entre nós como Desembargador do Duque D. Teodósio II.

Em 1583 ainda era vivo e casado com Joana Mendes. Em 1600-01 era escrivão da mesa da Misericórdia.

Possuiu ou formou talvez a horta do Couteiro que os seus herdeiros venderam a António Rodrigues (veja-se).

É o mesmo que Torcádio de Andrade (veja-se).

Faleceu em 1601. Deixou estes filhos, que eu conheço: o Padre António de Madureira, Ana de Madureira que casou em 1601 com seu primo António de Macedo, de Portel, Sebastião Santos, cônego de Ourém.

A sua casa de morada era na Corredoura e tinha anexa a horta do Valderrama, o que tudo foi depois adquirido por Diogo de Melo e pelos Bobadelas.

Teve também a D. Catarina de Madureira que casou para o Alandroal ou para Terena com Manuel Vicente Leal, de quem já era viúva em 1629 e tutora de duas filhas suas menores chamadas Maria Vaz e Joana Mendes, sendo moradora na sua pátria. Possuía então a herdade da Cabeça de Lagarto no termo de Terena, a de Maria Neves no termo do Alandroal com a courela da Fonte Velha (hoje do nosso concelho) e outros prédios rendosos que provavelmente lhe vieram pelo seu casamento.

AIRES GONÇALVES BARRETO

Fidalgo da Casa do Duque D. Teodósio I e seu Estribeiro-mor (História Genealógica, Tomo VI, pág. 81).

AIRES DE MIRANDA

Era irmão de Henrique de Figueiredo, a quem acompanhou em 1578 à expedição de África. Mas voltou ao Reino e foi Alcaide-mor de Borba e Comendador de S. Tiago de Monsarás na Ordem de Cristo (História Genealógica, Tomo VI, pág. 309 e Parnaso, Livro 2, cap. 33).

Em 1594 foi à Índia por capitão-mor da frota desse ano e que era de três naus (Couto, dec. 11).

AIRES PINTO

Fora Cavaleiro Fidalgo do Duque D. Fernando II e em 1471 era seu Veador (História Genealógica, Tomo VI, pág. 65).

Seu pai chamava-se Gonçalo Pinto. Este e seu filho talvez não fossem naturais de Vila Viçosa; porém estabeleceram-se aqui fundando a sua casa solar onde se edificou mais tarde o Convento da Esperança. Veja-se Gonçalo Vaz Pinto 1º.



BALTAZAR ALVES MAIO

Contratado com o Duque em 1634 para o servir como porteiro do carro.

BALTAZAR DE ABREU

Escrivão da Fazenda do Duque em 1606 (Notas). Creio ser o mesmo que Baltazar Roiz de Abreu.

BALTAZAR DA COSTA DE ABREU

Fidalgo Cavaleiro da Casa de El-Rei e morador em Goa nos anos de 1606-07 (Notas).

Segundo Cadornega, figurou entre os Moços do Guarda-Roupa nas festas do casamento do Duque D. João II. Chamavam-lhe de alcunha "o Birlo".

Era filho de António de Abreu (veja-se) e de Guiomar Correia e foi baptizado na Matriz em 1604. Em 1627 vivia na mesma freguesia sendo já casado com D. Isabel do Carvalhal e tendo filhos. Casou com a dita D. Isabel, filha do Licenciado Gaspar Simões Monteiro, já defunto, e de Anado Carvalhal, dotado por seus pais em 500 cruzados em bens de raiz e móveis entrando nisto as suas legítimas (Notas). Isto em 1624.

Em 1632 tinha já sucedido a seu pai no officio de Escrivão do Duque (Notas).

BALTAZAR DO COUTO

Vivia este homem em 1640 e seguintes com o officio de livreiro que eu tomei pelo de encadernador; mas, vendo que em 1645 numa escritura de 16 de Maio é intitulado livreiro ou impressor, fiquei supondo que seria tipógrafo - fo.

BALTAZAR FERNANDES DIABO

Era moço da Capela do Duque em 1601. Depois foi seu solicitador forense ou procurador (Notas). Teve a António Roiz Diabo e a João da Silveira Diabo. Era já falecido em 1630 (Notas).

BALTAZAR PERES

Cavaleiro da Casa de Bragança no tempo de D. João I. Jaz nas Chagas em sepultura própria.

BALTAZAR PIRES VELHO

Em 1711 era Capitão de Ordenanças da Companhia de S. Romão e anexas. Era lavrador na Terrugem e vivia em 1733.

Está a sua patente registada na Câmara, Livro 2, fl. 296.

BALTAZAR RODRIGUES

Oráculo de alcunha por ser Secretário e Conselheiro do Duque D. João I para os negócios de Estado. Assistiu em 1578 à batalha de Alcácer-Quibir, em Africa, aonde acompanhara o jovem Duque D. Teodósio II como Capitão da sua Guarda (Parnaso, Livro 2, cap. 33 e História Genealógica, Tomo VI, págs. 211 e 310).

BALTAZAR RODRIGUES DE ABREU

Era Escrivão da Fazenda do Duque D. Teodósio II em 1608 e foi testemunha do testamento do Senhor D. Filipe (História Genealógica, Tomo VI, pág. 266).

Em 1618 era Comendador e casado com D. Brites de Valadares (Notas).

Em 1626 deu fiança de 1 200\$000 réis para ser Tesoureiro da Bula em Elvas (Notas). Provedor da Misericórdia em 1632-33.

BALTAZAR RODRIGUES DE LEMOS

Foi Capitão de Ordenanças até 26 de Abril de 1642 e um dos muitos que emigraram para Lisboa naquela época.

Era filho de Manuel de Lemos e de D. Catarina da Silva, que o mandaram baptizar na freguesia de S. Bartolomeu correndo o ano de 1618.

BAPTISTA DA COSTA

Mesário nobre da Misericórdia em 1629-30.

Morava na Corredoura da parte do poente na segunda morada ao sul da rua das Cortes. Foi pai das Baptistas, instituidoras da capela do Rosário em S. Paulo. Estas Baptistas não eram menos de quatro: Maria Baptista, Joana Baptista, Jerónima da Costa e Beatriz de Torres. Segundo os meus cálculos, foi ele quem forenou o Colmeal dos Penedos do Paraíso, onde mais tarde veio a edificar-se a ermida. Teve também a Frei Simão de S. Boaventura que em 1668 era Paulista.

BARNABÉ CALDEIRA

Da família dos Caldeiras que era nobre como se tem visto e verá neste livro. Mas Barnabé não era remediado da fortuna porquanto num livro da gerência da Misericórdia vejo que esteve preso na cadeia desta vila no primeiro semestre do ano de 1635, sendo sustentado e livrado à custa da Casa.

Abraçando a vida militar, achava-se na América Espanhola quando rebentou o grito da nossa independência nacional no 1º de Dezembro de 1640. Pouco depois concorreu para a fuga e libertação do Conde de Castelo Melhor, como refere largamente o autor do Portugal Restaurado no Tomo I, pág. 194.

Este caso resume-se no seguinte. O Conde achava-se preso em Cartagena de Indias (hoje República de Nova Granada) para que não viesse ajudar a manter a independência da nossa Monarquia e cá em Portugal desejava-se a sua libertação e regresso, empregando diligências secretas para o conseguir com promessa de grandes prémios para os fautores da evasão.

Sondado o ânimo de Barnabé Caldeira e de mais dois soldados, um português e outro castelhano, concordaram os três (que montavam a guarda no dia 16 de Junho de 1641) em soltar o Conde e virem com ele embarcados num navio que es

tava no porto da cidade com aquela comissão. Assim, tornaram todos para Lisboa depois de algumas curiosas aventuras dignas de serem lidas no lugar indicado.

Barnabé Caldeira cometeu um crime punível em Espanha; mas, como Portugal não era já de Espanha, entendeu nesse crime fazer um bom serviço à independência da sua pátria. E fê-lo. El-Rei D. João IV premiou-o; e a pátria com um agradecida regista-lhe o nome e a façanha nos livros da sua gloriosa história.

BARTOLOMEU CAIADO (OU CASADO)

Era criado do Duque D. Jaime. Quando em 1521, no tempo do Governador da Índia Diogo Lopes de Sequeira, foi Jorge de Albuquerque expulsar de Pacém o rei intruso Geinal e reintegrar a Orfação, foi Bartolomeu o primeiro que entrou a porta da fortaleza da cidade escapando com vida. Menos feliz, outro colega seu, criado do mesmo Duque, chamado Bartolomeu Fernandes, ficou lá morto. Mas conseguiu-se a vitória por parte dos portugueses (Barros, Dec.3, cap. 2). Talvez que o apelido fosse Casado porque este apelido é mais conhecido na nossa vila que o de Caiado.

BARTOLOMEU CASADO

Alcaide pequeno em 1662.

BARTOLOMEU FERNANDES

Veja-se Bartolomeu Caiado.

E o chamado Cabeleireiro porque tinha este officio com o de barbeiro na lu xuosa época de D. João V em que se principiaram a usar as cabeleiras enormes e o rabicho pelas costas abaixo.

Prestou alguns serviços a Vila Viçosa como tesoureiro de impostos, irmão fundador da Irmandade da Lapa, etc. E porém a fundação da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Alcance para sede da freguesia de Santa Anae de Bencatel, até então situada no ermo da herdade de Santa Anae em acanhadas proporções, que tornou o seu nome bastante notável e isto já ficou narrado suficiente - mente no anal de 1765 e Tomo II.

Bartolomeu Fialho viera para Vila Viçosa em 1728 (segundo parece) e em - 1729, quando se fez a troca de Princesas para o casamento de El-Rei D. Jo - sé, vivia ele tendo trato ilícito com Maria Teresa Inácia, rapariga solteira a quem trouxera de Estremoz. Esta, porém, que apesar de tudo não deixa va de ter alguma honestidade, foi-se a Peixinhos onde se achava hospedado o Patriarca e Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa; deitou-se aos pés do Patriar ca D. Tomás de Almeida para que chamasse o seu sedutor e o persuadissem a ca sar com ela e logrou o seu intento. Bartolomeu, sendo avisado para ir fa - lar com o Patriarca, não opôs a menor hesitação e recebeu Maria Inácia por mulher na Ermida de Santo Ildefonso (anuindo sem dúvida o Arcebispo de Évora).

Isto, que me foi contado por tradição, abona-se com o registo paroquial de S. Bartolomeu onde ao cabo de muitos anos requereu o Cabeleireiro que se lavrasse assento do seu matrimónio visto não se ter feito assim no ano de 1729.

Tão pobre era o noivo como a noiva e até dizem que dormiram numa esteira de tábua no dia do noivado, mas depois chegaram a ser ricos e até dos mais endinheirados da vila. Referem que dizendo alguém ao Cabeleireiro no ano de 1770 quando acabou a Igreja de Bencatel: *Vossemecê está agora limpo de di - nheiro!*, respondera que *ainda podia fazer uma estradinha com peças de ouro (de 6\$400 réis) e passar por ela da sua casa à Igreja do Espírito Santo (on - de funcionava a freguesia de S. Bartolomeu).*

Ainda em 1731 era tão pobre que por escritura de 23 de Janeiro contratou sua filha Isabel para servir Domingos Dias, cortador do açougue de chibato, por tempo de nove anos, vencendo nos dois primeiros só o sustento, vestuário e calçado "porque entra despida, nua e crua", e no fim dos outros sete venceria 10\$000 réis ou uma cama de roupa.

No mesmo ano de 1731 a 18 de Outubro toma de aforamento a Beatriz Josefa de Paiva umas casas no adro de S. Bartolomeu, altas e baixas, que partiam com duas de Manuel Pires, alfaiate, e outras de Manuel Martelo, em 7\$500 réis.

Em 1734 a 15 de Outubro compra a Francisco Gonçalves, almocreve, por 45\$600 réis umas casas na rua de Évora que eram três por cima e três por baixo.

Tendeiro em 1740. Em 1746, tesoureiro dos bens de raiz. Mercador em 1748. Almojarife (recebedor?) da Casa de Bragança em 1769.

Em 1770 morava nas casas de quatro janelas de sacada que estão em frente dos Paços Municipais.

Atribui-se communmente o princípio da riqueza de Bartolomeu Fialho a um achado de tesouro antigo na casa em que habitava de arrendamento e era a primeira da rua de Évora à mão esquerda entrando pela Praça. Havia ali obras; este pôs-se a derrubar um laço de parede à hora da sesta quando lá não estavam os operários e não os deixou entrar de tarde responsabilizando-se pelo meio jornal para prosseguir na tentativa de novas descobertas. É o que referem os antigos e a isso atribuem o facto da fundação da Igreja de Benca tel, à qual deu ele por orago uma imagem de Nossa Senhora do Alcance que tinha em sua casa metida em maquina de madeira e de quem era muito devoto.

Não sei que tivesse outro filho além do Dr. João Fialho Vieira (veja-se); e, como este seguiu a vida eclesiástica, não ficou por sua morte restando na nossa vila representante algum desta família.

Tinha ultimamente a Quinta da Provença.

Bartolomeu Fialho faleceu em 1776 a 7 de Fevereiro; porém sua mulher ainda lhe sobreviveu até Março de 1796.

Era natural da vila de Aguiar do Arcebispo de Évora. Teve sepultura na capela dos Terceiros.

BARTOLOMEU GARCIA CALDEIRA

Serviu a Casa de Bragança em tempo do Duque D. João I, a cujo filho e successor acompanhou no ano de 1578 na expedição de Africa, assistindo por isso à batalha de Alcácer-Quibir onde ficou prisioneiro. Era primo de Belchior Garcia Caldeira (Parnaso de Vila Viçosa, Livro 2, cap. 33 e História Genealógica, Tomo VI, pág. 310).

BARTOLOMEU GOMES

Entalhador, casado em 1715 com Luísa Maria. É obra sua a capela-mor do Colégio e outras de talha.

BARTOLOMEU GOMES COELHO

Comendador da Ordem de Cristo em 1603 (Notas).

BARTOLOMEU GOMES PINHEIRO

Foi Procurador do Concelho em 1741 e 1748.

BARTOLOMEU LOBO DE ARRUDA

Exerceu o cargo de Vereador em 1701, 1706 e 1711. Alguns anos depois mudou a sua residência para Évora, de sorte que, sendo pautado Vereador em 1729, foi escusado por se achar ausente da vila há mais de doze anos.

BARTOLOMEU PAIS

Criado do Duque, casado com Branca Fernandes em 1588 (Notas).

BARTOLOMEU PASSANHA

Escrivão do Ouvidor que renunciou o officio em 1603 (Notas).

BARTOLOMEU DE VALADARES

Depois de ter sido Ouvidor nesta vila, assentou casa aqui em 1618 ou antes. Licenciado, falecido em 1629 (Cartório da Misericórdia).

BEATRIZ GANÇOSA

Está registado o seu testamento no Tombo 1º da Misericórdia. Instituiu uma capela de três missas anuais em seus sobrinhos e seus descendentes, devendo ir parar à Misericórdia na falta deles. Era irmã de Joana Gançosa e do Padre Diogo Gançosa. Deixou à Senhora da Conceição uma "framenga" ou ao menos uma vasquinha e um saio conforme usava a imagem com dois debruns de veludo, dizendo-se-lhe uma missa no dia em que lhe vestissem este fato. Esta capela estava um século depois na posse de D. Jerónima de Mariz, viúva de Lucas Pereira Pestana 1º (Vide).

BEATRIZ DE TORRES DA COSTA

Pertencia aos Baptistas, cujo nome ficou e ficará ainda ligado a um olival do sítio de Mau-Freire e a uma azenha da ribeira de Bencatel que faziam parte da dotação da capela da Senhora do Rosário de S. Paulo, a qual era administrada pelo convento e não pela irmandade respectiva, sem dúvida por ser esta mais nova do que aquela. E aqui ponho entre parêntesis que estes bens, sendo particulares e não do convento, o qual utilizava apenas os excedentes da receita (se os havia), foram indevidamente empolgados pelo Governo Leigo (assim como tudo o mais; isto porém com menos razão) e deviam ter passado para a administração da Confraria do Rosário da mesma capela porquanto as leis do Marquês de Pombal tinham mandado sequestrar só as capelas instituídas depois de 1640 e esta fora-o em 1611.

A esta Beatriz de Torres, pois, e a sua irmã Jerónima, que julgo falecerem no estado celibatário, deveram os Calipolenses a bem ornamentada Capela a que aludi, comprada por elas para seu jazigo com missa quotidiana e ainda hoje, apesar de todos os modernos vandalismos, lhes agradecemos os primorosos cancelos e credências de mármore polido que foram colocados na capela do Santíssimo da Matriz trasladando-os de S. Paulo em 1878.

Ela e sua irmã Jerónima dotaram a sua sobrinha Inês de Castro, filha do seu irmão Francisco Alves da Costa, para casar com o Juiz de Fora Gaspar Correia Tavares em quatro mil cruzados, reservando já o que fosse necessário (24\$000 réis de renda para dotação da Capela do Rosário de S. Paulo, caso ele não tivesse ainda bens suficientes para tal fim. Isto em 1659. Nesse dote entrou o colmeal do Paraíso que ainda estava na sua infância. Em 1680 doam aos Paulistas para despesas da fábrica da sua capela e lampada uma

vinha e um olival tapado que hoje se chama das Baptistas.

Beatriz faleceu em 1683 e ainda ficou viva a Jerónima.

BEATRIZ MISURADA

Mulher que enviuvou de Gaspar Fernandes (vide), filha de Tomé Alvares, e faleceu a 31 de Maio de 1630. Por sua morte recebeu a Misericórdia a terça do seu marido em fazenda com 257\$320 réis em dinheiro, e ela assim o mandou também. Quis ser sepultada na capela-mor da Matriz onde jazia seu marido; que dessem um tostão a todos os clérigos que a acompanhassem de sobrepeliz; que lhe dissessem trezentas missas por sua alma, etc. Deixou cinco alqueires de azeite para se alumiar a Senhora dos Prazeres da Santa Cruz e à Senhora do Rosário do Espírito Santo um vestido de tafetá como seu manto e passamanes de retrós.

Instituiu uma capela de missa quotidiana dita na Matriz e um morgado na pessoa e descendência de António Rodrigues, coureiro-mor, e seu filho Teodósio. Foi testamenteiro o Licenciado Tomé Alvares Velho, seu afilhado da pia.

BEATRIZ VAZ

Existe no Tombo 1º da Misericórdia o testamento desta mulher, que foi de João Vaz, e casou depois com Rodrigo Afonso Bispo. Mandou sepultar-se "dentro" na Igreja de S. Bartolomeu (a velha) em 1544.

Deixou à Misericórdia um quinhão na herdade dos Marmeleiros com o encargo de uma missa do Espírito Santo cantada por alma dela e de seu marido João Vaz todos os anos e bem assim de vestir duas mulheres pobres com pano da terra de 60 réis o côvado, fazendo-lhes também saia e sainho, mantilha, camisas, beatilhas e coifas.

BELCHIOR ALVARES DE VILALOBOS

Casado com D. Luísa de Miranda em 1606. Vivia em Evora no ano de 1614 (Notas).

BELCHIOR DE ANDRADE

Licenciado, reitor da freguesia do Salvador da vila das Alcáçovas em --- 1622. Era parente de Catarina Fernandes de Andrade, a qual lhe dera duas mo radas de casas na rua dos Gentis para seu património (Notas).

BELCHIOR GARCIA CALDEIRA

Irmão da Misericórdia em 1603 (Notas).

Era em 1611 Tesoureiro da Casa do Duque D. Teodósio II. Casado em 1605 com Leonor da Silva. Filhado pelo Duque em 1607 para moço da câmara dos da Guarda-Roupa.

Era filho de Pedro Garcia Caldeira (Notas).

O mesmo ou outro deste nome teve de Maria Gomes uma filha que foi freira no Convento de Jesus de Monforte. Era ali abadessa em 1609 com o nome de Isabel da Trindade, como consta de uma renúncia de herança materna. Falecido em 1622, ficando cá a sua viúva Leonor da Silva e seu filho Jerónimo da Garcia Caldeira.

BELCHIOR GARCIA DA SILVEIRA

Era segundo filho de Diogo da Silveira 2º e de sua mulher Inês Caldeira, e foi baptizado na Matriz a 2 de Agosto de 1572.

Pertencia à família dos Silveiras da Nave que ainda subsistem como restos da nossa antiga e já tão dizimada aristocracia Calipolense. Viu decorrer os sessenta anos da dominação Castelhana e foi quem lavrou o auto de aclamação de El-Rei D. João IV. em Vila Viçosa como Escrivão da Câmara que era desde 1601 por mercê do Duque D. Teodósio II.

Era já nesse ano casado com Maria de Sá, de quem teve a D. Helena de Aze

vedo (à qual concedeu El-Rei D. João IV por sua morte a propriedade do officio de seu pai) e a Diogo da Silveira Azevedo (veja-se).

No mesmo ano comprou a D. Violante, viúva do Dr. Manuel da Guerra, umas casas com os seus quintais na rua de António Homem que são as primeiras à mão direita depois de se entrar pela Praça.

Belchior vivia na paróquia de S. Bartolomeu, tratando-se à lei da nobreza com escravos, criados e cavalos, como consta de um instrumento de nobreza e limpeza dos Silveiras que ele tirou no ano de 1615 e se conserva ainda no cartório dos Silveiras da Nave, seus sobrinhos.

Em 1619 meteu freira na Esperança com dote de 300\$000 réis a sua filha Inês Caldeira. Nessa data entrou um quinhão que ele tinha na herdade das Nateiras de 52 e meio alqueires de trigo.

A razão de fazer que seus filhos tomassem também o apelido de Azevedo é porque tinha parentesco de sangue com D. João de Azevedo, Alcaide-mor de Juromenha, Governador de Estremoz em 1580 e Almirante do Reino, como prova no dito instrumento. E por este mesmo se vê ser ele filho dos pais já mencionados e neto paterno de Estevão Mendes da Silveira 1º e de sua mulher Isabel da Silveira, os quais eram da mesma linhagem dos Condes de Sortelha.

Belchior foi muito considerado, o que se prova nos registos paroquiais com os muitos afilhados que teve.

Em 1641 passou uma procuração para lhe tomarem posse em Viana do Alentejo de uma capela instituída por Manuel da Silveira, morador que fôra na dita vila, e que vagara por morte da Madre Maria Baptista, freira no convento de S. Jerónimo da mesma povoação.

Faleceu em Dezembro de 1642 contando 70 anos de idade.

BELCHIOR GOIS DO REGO

Figurou nas festas do casamento do Duque D. Teodósio II como padrinho de alguns Fidalgos Aventureiros do torneio (1603). Ele também era Fidalgo da Casa de Bragança (História Genealógica, Tomo VI, pág. 429).

BELCHIOR MENDES CACELA

Era Juiz dos Orfãos em 1588. Casou primeiro com Maria André e dela houve a D. Inocência Cacula que veio a ser mulher de Inácio do Rego de Andrade. Enviuvando em 1615, passou a segundas núpcias com D. Joanada Silveira. Por morte da sua primeira mulher o seu casal em 1:508\$000 réis, sendo 36\$000 em móveis (Notas). A dita mulher deixou a sua terça em capela à filha D. Inocência e ficou na Azenha de Pardais que hoje se chama do Rego. Tornou a enviuar em 1621.

BELCHIOR DO REGO DE ANDRADE

De Inácio do Rego de Andrade, Moço do Guarda-Roupa do Duque D. Teodósio II, e de D. Inocência Cacela, filha de Belchior Mendes Cacela, outrossim Guarda-Roupa do Duque D. João I, nasceu o Dr. Belchior do Rego de Andrade na freguesia de S. Bartolomeu onde foi baptizado a 9 de Maio de 1604, sendo seus padrinhos Jácome Barbosa e D. Leonor de Castro.

Estudadas na sua pátria as letras humanas, passou a Coimbra para se aplicar à ciência dos Cânones, distinguindo-se tanto entre os seus condiscipulos que, recebido o grau de Doutor, exerceu com suma inteireza o lugar de Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação de que tomou posse a 15 de Outubro de 1661, o de Chanceler da mesma Casa que começou a exercitar em 14 de Junho de 1608 e o de Desembargador do Paço que ultimamente ocupou.

Ordenado Presbítero, foi por muitos anos Cónego da Colegiada de Barcelos. Teve este lugar antes de 1630, como consta de um codicilo ou apostila do testamento do Duque D. Teodósio II onde se refere que, sendo interrogado este Duque sobre perdão de uma quantia de que lhe era devedor Inácio do Rego, respondera não lha perdoar já por lhe ter posteriormente arranjado para o filho a conezia de Barcelos (veja-se no Tomo IV das Provas da História Genealógica, nº 267).

Residindo então na vila de Barcelos, escreveu ali as Antiguidades da dita vila. Também escreveu um Tratado da Antiguidade da Vila de Ourém e suas grandezas, o que me faz suspeitar que do benefício canonical de Barcelos fosse promovido a alguma dignidade da Colegiada de Ourém que era igualmente do Padroado Brigantino.

É certo que passou depois a Prior da Paroquial Igreja de S. Tiago de Lisboa, mostrando assim que o seu talento era igual, tanto para a decisão das

causas civis como para a pastoreação das ovelhas de Cristo.

A sua grave prudência, fortificada por uma profunda condição de ambos os direitos - eclesiástico e civil - habilitaram-no para Secretário particular da Rainha D. Luísa Francisca de Gusmão, exercitando este ministério com tão universal aplauso que o continuou junto das Rainhas suas noras D. Maria Francisca e D. Maria Sofia. Nestas condições escreveu ele a Vida e Milagres da Beata Tareja, filha de El-Rei D. Afonso Henriques para a lerem as ditas Rainhas que sem dúvida lhe encomendaram tal composição. Foi portanto jurisconsulto, arqueólogo e historiador, além de teólogo e pároco.

Só me resta nomear a obra das Antiguidades de Vila Viçosa que nunca deu à estampa e a razão disso, conforme Jorge Cardoso no Agiológio Lusitano, Tomo III, pág. 593, foi a sua humildade. Não creio. Quem publicou outras obras até da mesma natureza, não devia ter escrúpulos em editar esta que tinha até o merecimento de ser fruto do pátrio amor e não encontrava de modo algum a virtude da humildade cristã. Pode ser antes que a obra literária é que fosse humilde em si mesma e menos digna da sua pátria pelo seu acanhado alcance, não querendo que aparecesse ao público em tais condições. Mas sempre apareceu. Foi vista por muitas pessoas e até a citou o dito Jorge Cardoso (que eu saiba) e o autor do Santuário Mariano, Tomo VI, It. de Nossa Senhora do Amparo. Este Santuário e a Corografia Portuguesa escreveram-se pouco depois da morte do nosso patrício e pode ser que as Antiguidades de Vila Viçosa fossem escritas a pedido para os auxiliar nas suas longas obras.

Seja como for, o que eu acho bem notável é que se conservem outros manuscritos sobre Vila Viçosa com menos voga e de autores menos considerados e só este do Dr. Belchior não apareça ante as minhas pesquisas pessoais, directas e indirectas, por meio de superintendentes de bibliotecas públicas a quem tenho pedido a graça de mas denunciarem. Não pude vê-las até agora.

O Dr. Belchior do Rego faleceu em Lisboa no dia 14 de Março de 1690 contando quase 86 anos de idade e jaz na capela-mor da Igreja em que foi Prior.

Ele e seu irmão António e sua irmã D. Estácia ainda em 1664 conservavam a posse das casas da Praça por baixo da rua dos Fidalgos (hoje acrescentadas) e foreiras à Misericórdia em 10\$000 réis.

A maior parte das notícias expendidas são da Biblioteca Lusitana onde vêm os elogios que reproduzi.

Ainda acrescento que ele possuía o original do Parnaso de Vila Viçosa de Francisco de Moraes Sardinha que a mesma Biblioteca diz existir na mão de D. José Barbosa (creio que irmão do Abade Diogo Barbosa, autor da citada Biblioteca Lusitana) quando ela foi composta no tempo de El-Rei D. João V. Isto

verifiquei eu mesmo porque D. José Barbosa escreveu no dito Parnaso em boa caligrafia: *Este livro me deu aquele grande Ministro Dr. Belchior do Rego de Andrade.* - palavras escritas em segredo e que por isso mesmo valem por um imenso panegírico do nobilíssimo Calipolense.

A família dos Regos foi das que emigraram para Lisboa depois de 1640 e não deixaram cá representantes alguns seus, ficando apenas memorado o seu apelido numa azenha e horta contígua de Pardais chamadas Azenha e Horta do Rego. Continuou porém lá produzindo outro Belchior como este e outros homens igualmente notáveis. Veja-se Inácio do Rego de Andrade.

E provável que os nossos Regos fossem descendentes ou ao menos parentes colaterais daquele Ambrósio do Rego que servia na Índia em 1520 e era capitão de Maleacate em 1527. Ainda lá estava em 1529 quando chegou o Governador Nuno da Cunha e este mandou-o fazer uma jornada a Caramandel. Em 1531 vai à (frustrada) conquista de Diu com o dito Nuno da Cunha. Tendo voltado ao Reino, tornou para a Índia na frota de 1536 e, apesar de ter de arribar às Canárias por se lhe partir o mastro grande, ainda lá chegou primeiro que as outras naus.

BELCHIOR RODRIGUES

Casado com Isabel de Abreu. Comendador da Ordem de Cristo com uma Comenda em Monsarás, a de S. Romão. Escrivão da Fazenda do Duque em 1601. Neste ano tinha em Serpa um filho licenciado que se chamava João Lopes de Abreu. Tinha em Vila Viçosa uma filha chamada D. Maria de Abreu, a qual casou em 1603 com Manuel de Matos, de Monsarás, e fora até então moça de câmara da Duquesa D. Catarina. O dote que lhe fizeram os pais e o noivo em 3 de Fevereiro de 1603 subiu a 1:780\$700 réis, somando só as peças de ouro e prata, vestidos e móvel em 340\$000 réis (Notas).

Esta família parece ser de Serpa visto possuírem lá bens.

Teve um filho chamado Francisco Roiz de Carvalho (vide) e um neto chamado Belchior Roiz de Matos (vide), filho de Manuel de Matos e de D. Maria de Abreu. Foi licenciado em leis e seguiu a carreira da magistratura. Era Juiz de Fora em Castelo Novo em 1640, como consta de uma procuração que de lá mandou a Baltazar Rodrigues de Abreu, seu primo.

Belchior Rodrigues era falecido em 1609.

BELCHIOR DE VILALOBOS

Filho de José de Vilalobos e de D. Isabel Freire. Em 1640 dá fiança ao Duque sobre a herança de António de Vilalobos, seu tio, sargento-mor do Duque em Vila do Conde e Barcelos por causa de um navio que mandara ao Brasil por sua conta com fazendas.

BENTO DE BAIONA

Veja-se Pedro Álvares Sanches.

BENTO DIAS PANASCO

Filho de Manuel Roiz Panasco e de Maria da Cruz. Era natural de Borba e por isso veio para a nossa vila por seu Juiz de Fora, de cuja magistratura tomou posse em 30 de Junho de 1708. Findo o triénio, continuou na sua carreira judicial chegando por fim a ter o cargo de Desembargador aposentado. Nesta colocação se achava em 3 de Setembro de 1750 quando apresentou à nossa Municipalidade uma ordem do Desembargo do Paço para suspender o célebre Ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães e tirar-lhe a residência, isto é, syndicar dos seus actos a fim de se ver se podia ou não continuar no exercício da magistratura.

Em 1717 e 1722 morava à Fonte Pequena, casado já com D. Inês Maria Leonor de Lara, filha de João Rodrigues Lourinho, de quem teve descendência. Este casamento foi feito em 1713, sendo ele Juiz de Fora em Elvas. O pai dele dotou-o em 10 mil cruzados em fazenda entrando ali a herdade das Ferrarias e uma horta às Cortes. O pai dela dotou-a em 10 mil cruzados em dinheiro e móvel e outros 10 para mais tarde sem prazo fixo nem vencimento de juros. Em 1714 trocou com as freiras de Santa Cruz a sua herdade das Ferrarias por outra em Pardais.

Residia em Pardais na quinta que fôra de João Rodrigues Lourinho, seu sogro, ao menos desde o ano de 1739 em que foi eleito mordomo festeiro de Santa Catarina e ficou sempre contribuindo voluntariamente para a festa anual de 25 de Novembro, como acho declarado no livro competente.

Auditor em Lisboa em 1732.

Em 12 de Maio de 1746 contratou com os frades de S. Paulo professarem ali seus filhos Frei Francisco de Santa Inês Panasco e Frei Vicente de Santa Margarida com dotes de 600\$000 réis. Teve mais a Frei António de Santa Teresa Panasco e a José Carlos de Miranda Panasco que casou, mas não teve descendência. Este vivia na quinta de Pardais.

Não sei dizer quando faleceu Bento Dias Panasco em Pardais por não ter à mão o registo de óbitos daquele tempo.

A razão de o incluir na secção dos homens notáveis de Vila Viçosa é porque se naturalizou Calipolense casando com uma patriciã nossa e adquirindo assim a quinta de Pardais que desde então se ficou chamando Quinta do Dr. Panasco e destinando-a para ali passar o resto da vida.

Além disso, a quinta mencionada foi por ele engrandecida a tal ponto com melhoramentos úteis e voluptuários que mereceu a honra de ser visitada em 1806 pelo Príncipe Regente quando a Real Família esteve na nossa vila.

Formou-lhe de novo a casa de campo; dotou-a com seis lagos de diversos tamanhos; embelezou-a com muitas cascatas de mármore lavrado, ruas e bosques de buxo, latadas, etc.

Hoje acha-se muito decadente pelo que respeita a tamanhos voluptuários, mas ainda assim é uma das melhores ou a melhor quinta de Vila Viçosa tirando a do Paúl, pois além dos pomares e olival tem anexas três azenhas, um lagar de azeite (obra do Dr.) e uma atafona além de moradias para caseiros ou servos.

BENTO JOSÉ DIAS

Foi promovido a Capitão de Ordenanças em 1802. Era filho de José Dias, lavrador dos Cordeiros, e de Joana Gomes. Ele também lavrador na herdade dos Cordeiros, freguesia das Ciladas, nasceu no ano de 1754. Casou com D. Antónia Vicência. Uma filha sua (D. Ana) casou com Luís António Tarana (veja-se).

BENTO MARTINS CALADO

Escrivão dos Orfãos em 1642. Era sobrinho de Frei Manuel Calado.

BENTO MARTINS SAMEIRO 1º

Já cá estava em 1712 e casou então com Francisca Maria Leitoa, filha de Catarina Lopes, viúva.

Médico dos partidos desta vila em tempo de D. João V. Faleceu em 14 de Novembro de 1748, sendo viúvo de Francisca Maria Leitoa ou Monteiro.

Não sei se era nascido na nossa vila, mas cá deixou descendência.

Já cá estava em 1709 e teve um partido na Misericórdia.

Em 1736 comprou a herdade da Amendoeira em Borba.

BENTO MARTINS SAMEIRO 2º

Filho de Francisco Xavier Sameiro, natural desta vila, e de D. Luísa Teresa de Azevedo, natural de Monsarás, e baptizado em S. Bartolomeu no ano de 1747.

Casou em 1762 com Francisca Vicência Nogueira, filha do Capitão Francisco Xavier Barriga e de D. Ana Nogueira de Macedo, dotada em 60\$000 réis em dinheiro, móveis e alfaías.

Exerceu o cargo de Vereador em 1778, 1781, 1785, 1789 e 1796. Faleceu dois anos depois a 4 de Dezembro.

BERNARDIM FREIRE PEREIRA

1º - No registo paroquial da Matriz encontro menção de um indivíduo deste nome vivendo no ano de 1574. Era filho de D. Francisca Freire, ama da Duquesa D. Catarina e talvez que não nascesse em Vila Viçosa. No cartório da Misericórdia vejo que o mesmo fôra mesário da Confraria em 1570-71.

2º - Em 1619 era Fidalgo do Duque D. Teodósio II, a quem nesse ano acompanhou a Elvas para visitar o Rei Filipe III de Castela que vinha a Portugal.

A comenda de S. Lourenço de Bragança foi por ele arrendada nesse ano por 60\$000 réis. Tinha também a Comenda de Santo António de Parada (História Genealógica, Tomo VI, pág. 463).

Foi mesário da Misericórdia em 1629-30 e assinava-se Bernardim Freire Pereira. Era filho de Francisco Freire (veja-se).

Faleceu em Elvas em 1677 sendo casado com D. Maria Loba de Vasconcelos. O seu testamento está registado no Tombo 4º da Misericórdia.

Renunciou em 1634 à sua comenda de S. Tiago de Miranda (Notas).

Em 1637 contratou com o Duque dar-se por pago dos seus serviços mediante a mercê de uma tença de 40\$000 réis de que o mesmo Duque lhe fizera mercê.

Em 1639 estava residindo em Elvas e por isso vendeu nesse ano por 280\$000 réis ao Licenciado Domingos Pereira da Silva a sua casa da rua de António Homem (hoje dos Silveiras).

BERNARDINO FREIRE DE ANDRADE

Este é o irmão de Gomes Freire de Andrade 1º e genro de Ambrósio Pereira de Berredo e Castro (veja-se).

Fez a campanha da Restauração da Monarquia.

Vivia em 1687-90 na casa do Forte e numas casas no Largo da Saboaria ao fundo da Corredoura que haviam pertencido aos Sousas de Abreu. Em 1703 anexou ao Forte do Ferragudo a herdade do Marmeleiro que lhe vendeu Pedro Mascarenhas, cedendo-lhe este as casas e casarão que ficavam entre as casas de ambos em 65\$000 réis. Era nesse ano Sargento-mor de Batalha.

Teve duas filhas freiras na Santa Cruz chamadas Maria Madalena de Cristo, professa em 1707 com o dote de 430\$000 réis por tudo, e Mariana Micaela de Jesus, baptizada na Igreja do Forte e professa em 1717.

Era em 1716 Mestre de Campo General. Era falecido ou faleceu no dito ano. A sua viúva largou as casas do Largo da Saboaria a João Roiz, contratador, por uma dívida de 1 240\$000 réis.

D. BERNARDO ANTONIO DE LUCENA ALMEIDA E FARO

Veja-se Afonso de Lucena 2º de quem era neto. Foi este que veio de Madrid a tomar conta do morgado de Peixinhos depois de 1720. Casou com D. Eugénia Vasques de Vaiamonte, espanhola, e teve por sucessor D. Joaquim de Lucena, a quem já trouxe de Madrid muito pequeno.

Faleceu a 10 de Agosto de 1752 e foi sepultado no jazigo da Esperança.

BERNARDO DE CARVALHO PEREIRA

Creio que era filho de Diogo Lopes de Carvalho, pois teve este um filho Bernardo que se baptizou em S. Bartolomeu no 1º de Janeiro de 1655.

Suas irmãs Antónia da Anunciação e Guiomar do Céu, freiras na Santa Cruz, doam-lhe em 1692 os serviços do seu avô (Manuel Peixoto da Rocha) e os de Paulo da Rocha e Salvador da Rocha à Casa de Bragança (estes eram irmãos do avô).

Foi Alferes de Cavalos, Escrivão da Confraria da Conceição e Vereador em 1699.

Faleceu na freguesia de S. Bartolomeu a 30 de Setembro de 1710, sendo solteiro toda a vida.

BERNARDO DELGADO LOBO

Era filho de Jorge Gonçalves e de Maria Delgada e natural de Nisa. Depois de ter residido por algum tempo em Campo Maior, veio para a nossa vila onde casou a 6 de Novembro de 1713 com Francisca Xavier, filha de Manuel Marinho Pereira (veja-se) e de Maria Gonçalves.

Veio para cá exercer a advocacia pois era licenciado em Direito. Foi nomeado Síndico da Câmara e Curador Geral dos Orfãos no 1º de Janeiro de 1719, mas teve este cargo somente dois anos ou pouco mais. Depois exerceu o de Vereador em 1724, 1727, 1741 e 1754, ano do seu óbito.

BERNARDO LOPES

Foi Procurador do Concelho em 1756.

Creio ser um Bernardo, filho de Paulo Lopes de Figueiredo, que foi baptizado na freguesia de S. Bartolomeu em 1701.

D. BERNARDO DE LUCENA E NORONHA

Filho de D. Sebastião de Lucena e Noronha e de D. Maria do Carmo Lobo e Mesquita, nasceu nesta vila vindo a ser sobrinho do Padre D. Bernardo, Almo xarife do Paço e bisneto daquele D. Bernardo António de Lucena e Noronha que foi o 1º Lucena restituído à posse efectiva do morgado de Peixinhos.

Casou com D. Maria das Dores de Matos Azambuja, filha de António Lourenço de Matos Azambuja, de quem teve descendência.

Foi Vereador presidente no biénio de 1843-44, Administrador do Concelho efectivo desde 1853 (ou pouco antes) até 1859.

Faleceu em 1874 de icterícia proveniente dos desgostos de lhe tirarem o emprego de Administrador do Concelho (que é lucrativo) e de ver finarem-se prematuramente os seus filhos válidos D. Sebastião e D. Rosália, restando os achacados, e acrescento a isto uma precária situação financeira.

Gozava dos créditos de ser o homem de maiores forças físicas na nossa terra antes que as doenças o comesçassem a prostrar.

Tinha servido a causa de D. Miguel I como Capitão de Milícias da companhia da nossa vila (a 1ª) desde 1829 quando seu cunhado Inácio da Costa de Carvalho passou a comandar a 2ª companhia do batalhão de Voluntários Reais e conservou sempre as mesmas crenças políticas.

Era temente a Deus e serviu até à morte a Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição como seu Escrivão e Presidente.

BERNARDO DE SOUSA SOTOMAIOR

Já em 1706 cá morava. Era Tenente de cavalos em 1716 e casado com D. Ana Maria de Almeida Castelo Branco, vivendo na Matriz. Teve a João no dito ano e depois teve o Padre Urbano de Sousa Sotomaior, Frei Jerónimo de Sousa da Silva Sotomaior e Luís de Sousa da Silva Sotomaior que viviam em 1771.

BERNARDO MANUEL SILVEIRA

Advogado já em 1733. Casado em 1741 com D. Catarina Antónia Joaquina Almendro e vivendo na casa nobre da rua da Freira por baixo da travessa de Manuel Peixoto. Sua mulher era filha de D. Maria Teresa de Carvalho. Vivia em 1762.

Em 1766 arrendou ao Dr. Estevão Cordeiro da Silva as suas casanobres da rua da Freira. Logo ou deixou de morar lá ou safu de Vila Viçosa. Vivia cá em 1771.

Curador dos Orfãos.

Era falecido já em 1775 sobrevivendo-lhe sua mulher.

Teve a Alexandre Tomás da Silveira que em 1778 pertencia ao 2º Regimento de Olivença.

BERNARDO PEREIRA DE BERREDO

Filho de Ambrósio Pereira de Berredo e Castro, casou em 1638 com D. Catarina de Avalos, filha de outro do mesmo nome, que era dama da Duquesa D. Luísa, dotada pela mãe com um morgado a receber em Múrcia e 2\$000 cruzados, sendo 500 em móveis, 500 em jóias de ouro e prata e numa tença de 50\$000 réis que tinha de mercê do Duque. Ambrósio dotou o filho com um prédio em Montemor, outros em Lisboa e doze moios de renda na Ilha Terceira. Este contrato foi celebrado na Igreja dos Capuchos.

A viúva ainda era viva em 1787.

Tiveram a Alexandre Tomás da Silveira de Carvalho Almendro que em 1801 era casado com D. Maria Germana Ferreira.

BOAVENTURA JOSE DE OLIVEIRA

Natural desta vila como consta de umas conclusões defendidas em Coimbra no seu 5º ano de formatura em Canones e de que resta um exemplar impresso em seda branca e oferecido a Nossa Senhora da Conceição desta vila.

Nada mais sei a respeito da sua pessoa. Vivia no segundo quartel do século XVIII.

DR. BRAS DE ALMEIDA

Descendia de ilustre família este nosso patricio que se formou em Leis na Universidade Conimbricense.

Depois de haver sido Ouvidor Geral e Provedor-mor dos finados no Brasil, subiu às cadeiras do Supremo Tribunal da Casa do Porto de onde passou à da Suplicação de Lisboa. Faleceu aqui sendo também Vereador da cidade.

Assim o diz o Parnaso de Vila Viçosa no Livro 2, cap. 57. Floresceu na segunda metade do século XVI.

BRAS BORRALHO

Este Calipolense militava na Flandres nos princípios do século XVII e foi posto no catálogo dos filhos ilustres desta vila pelo autor do Parnaso de Vila Viçosa em vista de honrosas informações que lhe dera Miguel de Andrade vindo com licença à sua pátria (Livro 2, cap. 45).

BRAS FERNANDES DE VILALOBOS 1º

Deste Calipolense faz menção o Parnaso de Vila Viçosa no Livro 2, cap. 48, como um dos mais valentes e arriscados soldados naturais desta vila e diz que teve cinco filhos igualmente ilustres. No cap. 67 do mesmo livro acrescenta o autor que era Fidalgo, Cavaleiro e Almoхарife do Duque D. Jaime em 1531 e irmão de Cristovão Fernandes de Vilalobos.

Seu neto foi sem dúvida outro do mesmo nome que nasceu em 1567 e casou na Matriz em 1586 com Leonor Pires. Era aposentado do Duque em 1602 (Notas). Senhor da herdade da Fonte da Ameixieira no termo do Alandroal (Notas).

Esta família dos Vilalobos subsiste ainda por varonia nos Silveiras de Borba que descendem de Agostinho Fernandes de Vilalobos, filho do primeiro Brás, e que casou com Leonor Mendes da Silveira. Deste matrimónio procedeu Estevão da Silveira Vilalobos.

BRAS FERNANDES DE VILALOBOS 2º

Ou simplesmente Brás de Vilalobos. Neto do precedente e nascido em 1567. Era Vereador mais velho e servia assim de Juiz de Fora nos anos de 1615, 1620 e 1623. Era casado com Maria Alves Godinho, de quem teve descendência. Era senhor de metade da herdade da Ramalha em Pardais. Entrou para o serviço do Duque em 1601 no foro de Moço da Câmara. Teve a Nicolau de Vilalobos e a Luís de Vilalobos (veja-se).

BRAS NUNES RIBEIRO

Este era natural de Montemor-o-Novo de onde veio, sendo menino, para o Colégio dos Reis em 4 de Outubro de 1675 e na nossa vila passou toda a sua vida.

No 1º de Maio de 1689 foi provido Capelão da Real Capela e em 4 de Outubro de 1708 passou a Mestre de música da mesma Capela e Reitor do Colégio sobredito. Assim consta do Livro 1º de matrículas do mesmo. Ainda era vivo em 1716.

BRAS SIMÕES

Irmão do Licenciado António Simões e porventura graduado também. Capelão da Capela do Duque e Mestre de Cerimónias em 1616. Foi 3º Tesoureiro -mor da Capela Ducal, dignidade que já tinha em 1615 (?).

Parece-me natural de Montemor-o-Novo onde tinha fazenda e parentes (Notas).

BRAS SOARES CASTELO BRANCO

Era Cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém (ou de Malta). Em 1624 arrendou por 200\$000 réis anuais a sua courela, ramo da vila do Teixeira e anexas.

Serviu na mesa da Misericórdia em 1638-39.

Em 16 de Abril de 1642 tomou posse do cargo de Capitão-mor das Ordenan -

ças desta vila, Governador da sua praça e sargento-mor das Ordenanças de toda a comarca - lugares que teve até ao princípio do ano de 1644. Assim consta do Cartório Municipal.

BRAS SOARES DE SOUSA

Este Fidalgo da Casa de Bragança é nomeado por Cardonega na sua Descrição de Vila Viçosa quando se refere à comitiva que o Duque D. João II levou a Elvas em 1633 para celebrar o seu casamento. Era então Sargento-mor das Ordenanças e tinha o governo do Castelo.

Parece-me, porém, que se enganara o dito Cadornega no último apelido e que vem a ser o mesmo Brás Soares de Castelo Branco atrás mencionado.

BRITES DE JESUS

Filha de António Botelho e de Grácia de Góis.

Professou a regra de Santa Clara no Convento da Esperança da sua pátria onde se distinguiu pelo seu recolhimento e abstenção de comunicações com o século.

Faleceu em 1624 com 33 anos de idade somente.

Esta notícia é da Crónica Seráfica da Província dos Algarves por Frei Jerónimo de Belem, Tomo IV.



CAETANO ALBERTO DA SILVA (OU DA COSTA?)

Dá fiança em 1748 para servir o officio de Escrivão dos Orfãos. Casado com D. Josefa Maria dos Santos. No mesmo ano arrenda o officio a João Falcão da Gama por um ano recebendo um terço dos emolumentos. Em 1761 tinha o officio de Escrivão da Almotaceria e arrenda-o por 5 anos e meio com rendas adiantadas.

CAETANO JOSE ALVES DE ARAÚJO

Este nosso patricio era filho de João Alves de Araújo, adventício da Beira, e de D. Ana Teresa.

Em 1806 era já maior de 25 anos e por isso deram-lhe seus pais licença para se emancipar.

Estudou alguma coisa na sua pátria em escolas públicas e muito mais em sua casa dedicando-se à leitura de obras literárias e juntando avultada biblioteca de livros em português e francês. Cultivou a poesia e no último quartel da vida estava feito correspondente do jornal "O Transtagano" de Elvas, onde escreveu muitos artigos interessantes sob a assinatura de "Um octogenário transtagano".

Tinha muita habilidade para a pintura, como disse na Primeira Parte, anal de 1843, a propósito dos festejos pela visita da Rainha D. Maria II a Vila Viçosa. É obra sua o painel da Ceia do Senhor que está na capela do Santíssimo da Matriz, etc.

Como a nossa terra, depois da extinção dos conventos de frades e da sua comarca, ficou quase às escuras no tocante a illustração de ciências e letras, Caetano Alves tornou-se um homem indispensável. A ele recorreu a Câmara para ser o director da recepção da Rainha sobredita e redigir a alocução ou felicitações que devia pronunciar o seu Presidente à Porta do Nó, etc., e até os particulares quando careciam de um requerimento ou memorial de importância também o importunavam como o mais competente para isso.

Era amigo de escrever e por isso mesmo compôs em 1844 um Ensaio Corográfico de Vila Viçosa dedicado ao Conselho do Distrito e em 1860 uma memória intitulada "Considerações sobre os impostos, particularmente respectivas"

alguns do Concelho de Vila Viçosa", oferecidas à Câmara Municipal, em cuja secretaria se conservam.

Do Ensaio Corográfico, existente por cópia em poder de seu genro, o Dr. Francisco Augusto Nunes Pousão, nada posso dizer porque não o li, mas quanto às Considerações afirmarei que são um desabafo para ele que amava sinceramente a prosperidade da sua terra natal e que, augurando-lhe venturas com o Governo de Maio de 1834, em vez de a encontrar melhorada ao cabo de 26 anos de experiência, confessa achar-se numa triste e notável decadência motivada em grande parte pelos impostos sempre crescentes. Era caso para dizer *poenitet me peccati*, mas não o disse por ter ainda metido na cabeça que não vinha o mal do sistema político, mas sim dos homens que o executavam...

Morava este patricio na casa nobre da Corredoura à esquina da rua dos Caldeireiros: casa que lhe deixara o seu parente e mercador José Alves juntamente com a quinta de Guadalupe no caminho de Borba e, como depois adquirisse mediante as leis de denúncia, a capela de Santa Rita que possuía José Maria Torres, tinha rendimentos bastantes para viver com decência passando o tempo no silêncio do seu gabinete de leitura e escrituração. Por isso mesmo censuro que no manuscrito das Considerações, etc. chame aos partidários da Monarquia pura e tradicional absoluto-parasítico-mercenários, ele que vivia enriquecido e independente à custa dos erros desse governo!

Casou com Maria do Carmo Alves Parra, de quem teve uma filha única e essa casou com o nosso patricio Dr. Pousão.

Caetano Alves foi Escrivão da Câmara desde 1810 até 1818; Administrador do Concelho em 1835 por nomeação do Governo Civil de Évora e no ano seguinte por eleição popular conforme o 1º Código Administrativo; Presidente da Câmara em 1838, mostrando então que era o único homem do seu tempo verdadeiramente zeloso da boa administração do município. Porém depois disso nunca mais o elegeram Vereador: 1º - por ter um génio bilioso e pouco tolerante em o contradizerem os seus colegas; 2º - por gostar de economias que não convinham a muitos.

Na Primeira Parte destas Memórias ficam dispersas muitas notícias em que ele figura, sendo logo a primeira no ano de 1808.

Faleceu a 7 de Abril de 1864.

CASIMIRO JOSE PEREIRA

Nasceu na freguesia de S. Bartolomeu a 21 de Julho de 1791, sendo filho de Inácio Caetano Pereira (veja-se).

Casou em 1817 com Efigénia Rita, viúva de João António Pestana, natural da freguesia de Santo António de Reguengos.

Era cereeiro e dono da fábrica situada entre as ruas do Poço e da Freira junto à Fonte do Alandroal e fornecedor da Capela Real desta vila, confirmado por Alvará de 4 de Junho de 1830.

Foi Procurador do Concelho em 1831 e Vereador em 1837.

Em 1834 ou 1835 foi demandado por António Dias Rodão para lhe pagar a quantia de 533\$250 réis abonados em drogas às amas dos Expostos, sendo Casimiro Procurador do Concelho. Anulado o processo de litígio em 1842 por faltar a assinatura do Juiz de Paz na acta da conciliação ou não conciliação e sendo mister começar de novo a demanda, Casimiro requereu à Câmara que declarasse quem era o devedor de António Rodão: se ele ou se a mesma Câmara, e esta respondeu ser ela e não o Ex-Procurador do Concelho, o que tornou impossível nova demanda. Por causa desta e de outras violências do Rodão, foi este assassinado uma noite, como dito é, por José Pereira, filho do Casimiro.

Este patrício casou com Efigénia Rita, da qual enviuvou em 1832, conservando-se nesse estado até falecer em 1848 ou 49.

Além dos lucros da sua fábrica, possuía alguns bens de fortuna, o que lhe proporcionava uma tal ou qual independência.

Era surdo, alto e magro e faleceu de um catarral.

D. CATARINA DE AVALOS

Dama da Duquesa D. Luísa em 1633. Era Espanhola, filha de Nicolas Rato e de D. Catarina de Avalos y Alucena. Esta última era dama de honor da mesma Duquesa em 1638. Eram duas que vieram para cá, mãe e filha. A filha casou em 1638 com Bernardo Pereira de Berredo.

D. CATARINA DE BRAGANÇA

Esta nossa patrícia era filha de El-Rei D. João IV e da Rainha D. Luísa Francisca de Gusmão, sendo ainda somente Duques de Bragança, e nasceu nesta

vila a 25 de Novembro de 1638. A coincidência deste dia em que a Igreja comemora o martírio da célebre Virgem de Alexandria com a circunstância de ter por bisavó paterna a Senhora D. Catarina, filha do Infante D. Duarte, deter^uminaram-lhe o nome, não havendo hesitação na sua escolha.

Dois anos depois levaram-na seus pais para Lisboa, já como Infanta de Por^utugal, e em 1662, casando com Carlos II, Rei da Grã-Bretanha, foi para Lon^udres a gozar da alta categoria de Rainha daquela poderosa nação e prestar relevantes serviços aos católicos junto do seu esposo que também o era.

No Portugal Restaurado, Tomo IV, págs. 49 e 84 se acham extensamente descritos o embarque para Inglaterra na armada inglesa e as festas com que ali foi recebida.

Enviuvando a 16 de Fevereiro de 1685 sem deixar descendência, mas conse^uguindo que seu marido falecesse no grémio da Igreja Católica, voltou para Lisboa sete anos depois e estabeleceu a sua residência no palácio da Bempos^uta para gozar das consolações da Corte de seu irmão D. Pedro II e acabar os seus dias em terras Portuguesas. Fundou então a Real Colegiada que funcio^unou na capela do mesmo palácio até 1834 sob a protecção da Imaculada Virgem.

Veio a Vila Viçosa no ano de 1699 a cumprir um voto feito em honra de Nos^usa Senhora da Conceição do Castelo e foi recebida com as grandiosas festas que deixei relatadas no anal respectivo e Tomo II. Ao retirar-se deixou muitas esmol^uas aos Conventos e Igrejas. Quanto ao Convento das Chagas, diz a Crónica Seráfica da Província dos Algarves que lhe dera 96\$000 réis e que em testamento lhe legara 400\$000 réis. Dos outros não acho memórias escritas a tal respeito.

Quando pouco depois surgiu a Guerra da Sucessão de Espanha (1704) e seu irmão D. Pedro II foi com o Arquiduque de Áustria D. Carlos a este país para o colocar no trono de S. Fernando, entregou ele a sua irmã a Regência do Reino que durou dois anos.

Nas pautas dos Vereadores daquele tempo vejo que usava de carimbo e com ele se assinava Rainha.

Faleceu de uma cólica em 31 de Dezembro de 1705.

Era de estatura baixa, mas grossa e robusta. Foi sepultada em Belém jun^uto de seu irmão D. Teodósio.

Teve, logo sendo Infanta, o senhorio da Ilha da Madeira, de Lamego, Mou^ura, etc.

Quem pretender mais largas notícias, consulte a História Genealógica no Tomo VII, págs. 281 a 336.

D. CATARINA CORDEIRO

Veja-se Manuel Roiz Teixeira.

D. CATARINA DE LANDIM

Mulher de Mateus Serradas de Figueiredo (veja-se). Em 1658 instituiu uma capela de missa quotidiana dotando-a com uma renda anual de 30\$000 réis, a qual seria dita na Igreja da Santa Cruz enquanto vivesse seu irmão Manuel J. Baptista, e depois ficaria sendo dita no convento de Santo Agostinho.

CATARINA MARIA DE JESUS

Era neta do Cavaleiro Lançarote de Almeida Cardoso e sobrinha de Francisco Cardoso de Almeida, Tesoureiro-mor da Capela Real.

Professou a regra de Santa Clara no Convento das Chagas. O tempo que lhe sobrava das obrigações da comunidade gastava-o na oração mental e vocal aplicada por si e pelo próximo. Assim o diz a Crónica Seráfica de onde extraio esta noticia.

Era Calipolense.

Faleceu em 1722 contando 92 anos de idade e 62 de feira professa.

CATARINA DO SALVADOR

Descendia de António Rodrigues, Couteiro-mor da Casa de Bragança, e de sua mulher D. Francisca de Almeida, sendo portanto irmã de Teodósio de Almeida Cabral.

Entrou para o Convento da Esperança com a sua irmã D. Maria que depois se chamou Soror Maria da Circuncisão.

Era caritativa e assídua na oração. Tinha talento e génio poético, deixando por isso algumas composições religiosas em prosa e em verso, apesar de a roubar a morte na curta idade de 23 anos. Faleceu em 1621. Assim se lê na Crónica Seráfica.

D. CATARINA SARMENTO

Vivia nesta vila em 1588 sendo já viúva e camareira-mor da Senhora D. Catarina. Comprou neste ano a herdade da Zambujeira no termo desta vila por 10\$500 réis. Era sogra de Fernão de Sousa, Veador de D. Teodósio II (Notas).

CATARINA DOS SERAFINS

Era filha de António de Andrade de Arruda, já nomeado atrás.

Professou freira no Convento das Chagas. Teve a virtude da caridade em grau perfeito, socorrendo com a sua tença particular a algumas religiosas e ainda pessoas pobres da vila, mas debaixo de todo o segredo como ensina o Evangelho para fugir à ostentação da vanglória.

Foi Vigária do côro e mestra do canto-chão, o qual sabia muito bem. Elegeram-na Abadessa no ano de 1702 em que faleceu.

Também esta notica é da Crónica Seráfica.

CRISTÓVÃO DE ANDRADE

Veador do Sr. D. Alexandre em 1601, Cavaleiro Fidalgo do Duque e Comendador. (D. Alexandre foi depois Arcebispo de Evora).

CRISTÓVÃO DE ARAÚJO

Foi Vereador em 1686 e 1690.

Era filho de António Francisco de Araújo e de Ana Maria e foi baptizado em S. Bartolomeu a 3 de Novembro de 1652.

Ajudante dos Auxiliares em 1689-1702, onde subiu até ao posto de Sargento-mor em 1709 com o qual faleceu a 29 de Maio de 1712, sendo viúvo de Catarina Gomes, filha do Sargento-mor Manuel Gomes, com quem já era casado em 1680. Tiveram a Manuel António de Magalhães, no qual renunciaram dois alvares de El-Rei prometendo um officio de 40 a 50\$000 réis e uma tença de 60\$000 réis com um hábito de Cristo: tudo ainda não satisfeito. Tiveram também a Francisco de Araújo, no qual renunciou em 1709 os serviços de seu

pai, António Francisco de Araújo, de que tinha certidões. Esse filho era então soldado raso do Regimento de Cavalaria de Olivença.

Dava capitais a juro.

CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 1º

Filho de Fernão Rodrigues Pereira, o Pássaro, e de D. Helena de Brito, sua mulher.

Sucedeu a seu pai na varonia e foi portanto Alcaide-mor de Ourém e Comendador de Castelãos e teve na casa do Duque D. Teodósio I o officio de Caça-dor-mor.

Casou com D. Ana de Sousa, filha de Sebastião de Sousa de Abreu, Fidalgo do Duque D. Jaime e Alcaide-mor de Elvas, e de sua mulher D. Filipa de Abreu. Deste casamento resultou para os Pereiras o apelido Sousa que ainda conservam os da rua de Santa Luzia (veja-se Tomé de Sousa e Menezes).

Sucedeu-lhe na varonia de primogenitura seu filho Fernão Rodrigues de Brito Pereira 1º. Assim se lê na Corografia Portuguesa, Tomo II, pág. 518; no Livro de Família dos Sousas da rua de Santa Luzia e no Tomo XI da História Genealógica.

Para se entender bem esta linhagem de Britos Pereiras e Sousa, ponho toda a série deles no artigo de Fernão Rodrigues Pereira, o Pássaro, do qual descendem todos estes fidalgos.

CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 2º

Era neto do precedente e filho do referido Fernão Rodrigues de Brito Pereira 1º e de sua primeira mulher D. Madalena de Castro.

Como sucessor da casa de seu pai teve as Alcaldarias-mor de Ourém e Alter do Chão e as Comendas de Castelãos e Monforte. Foi Veador do Duque D. Teodósio II. Tinha ainda a Comenda de S. Pedro de Cavaleiros que ele arrendou de 1602 a 1604 por 620\$000 réis cada ano (Notas). A de Santa Maria da Graça de Monforte rendia-lhe 150\$000 réis anuais.

Casou com a sua prima irmã D. Luísa de Brito, filha de seu tio Salvador de Brito 1º e de D. Catarina Leme, de quem teve, entre outros filhos, Fernão Rodrigues de Brito Pereira 2º e Salvador de Brito Pereira 2º que foi pai

do Beato João de Brito. Do primogénito Fernão ou Fernando nasceu o seguinte Cristovão de Brito Pereira 3º.

Era falecido em 1610. A sua viúva, D. Luísa de Brito, doou em 30 de Dezembro de 1613 ao filho mais velho Fernão Rodrigues as casas grandes de trás da Fonte Pequena no valor de 800\$000 réis, mas com a condição de lhe entrarem em legítima em razão das muitas despesas que tinha com a sua representação de criados e cavalos, etc. (Notas).

CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 3º

*Quão doce é o louvor e a justa glória
Dos próprios feitos, quando são soados!*

(Lusiadas, V, 92)

I

Este é o celebrado Governador do nosso Castelo durante o memorável cerco de 1665 e portanto dedicar-lhe-ei um artigo mais extenso, pois, se a história geral do Reino fala dele com elogio e agradecimento, justo é que as Memórias da sua terra lhe dispensem a consideração a que tem incontestável direito.

Teve Cristovão de Brito Pereira por pais Fernão Rodrigues de Brito Pereira 2º, Camareiro-mor do Duque D. João II, e D. Lucrecia de Castro Corte Real.

Ainda que na Descrição de Vila Viçosa memora Cadornega de passagem que ele fôra baptizado na Matriz, enganou-se e enganou-me a mim também que de balde procurei no registo da Matriz o assento do baptismo. Este illustre patriício nasceu aliás na freguesia de S. Bartolomeu e, se não me engano, foi dado à luz na casa nobre que está situada detrás da Fonte Pequena junto do abarracamento das Feiras, no mês de Agosto de 1621, sendo baptizado a 29 do dito mês pelo Licenciado Jerónimo Dias com licença do Pároco e, segundo parece, na capela particular da casa, o que não se explica no assento respectivo. Ei-lo:

"Aos vinte e nove de Agosto de mil seiscentos e vinte e um baptizou o Licenciado Jerónimo Dias de Araújo e pôs os santos óleos a Cristovão, filho de Fernão Rodrigues de Brito Pereira e de D. Lucrecia de Castro Corte Real. Foram padrinhos Frei Heitor de Brito Figueiredo e D. Filipa de Brito; e por verdade assinou. Era ut supra. Jerónimo Dias de Araújo." (Livro 2, encadernado com o 1º, a fls. 79).

Em Janeiro de 1633, quando teve lugar o casamento do Duque D. João II, já Cristovão de Brito figurou na comitiva indo no coche de seus pais, segundo refere Cadornega. E em 1640, quando o mesmo Duque partiu para Lisboa em 3 de Dezembro para cingir a Coroa Real, acompanhou-o Cristovão de Brito fazendo o officio de seu Camareiro-mor por seu pai estar doente naquela ocasião, diz a Corografia Portuguesa, Tomo II. pág. 519.

Faltam depois disso em Vila Viçosa memórias do pai e do filho, o que me dá a quase certeza de terem emigrado para Lisboa com a Corte.

Fernão Rodrigues de Brito faleceu ao cabo de pouco tempo e, como Cristovão era o seu herdeiro, teve a casa e títulos de seu pai sendo Comendador de Santa Maria de Viale na Ordem de Cristo.

Casou entretanto com D. Paula Maria de Menezes, filha de António Correia de Boarém, Comendador de Alfange na Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Antónia de Vilhena, de quem teve os seguintes filhos: Fernão Rodrigues de Brito Pereira 3º, que lhe succedeu na varonia; António de Brito Pereira; D. Antónia Madalena de Vilhena, recolhida no Convento da Encarnação de Lisboa onde faleceu; João de Brito Pereira; Heitor de Brito Pereira e Luís de Brito Pereira, dos quais todos se faz menção particular neste livro (Corografia Portuguesa, lug. cit.).

II

Agora vejamos a fase militar de Cristovão de Brito Pereira 3º.

Em 19 de Agosto de 1653 foi eleito pela nossa Câmara e gente da governação da terra para Procurador às Cortes que deviam reunir-se em Tomar; porém ele pediu escusa desta comissão, qualquer que fosse a causa que eu ignoro, o que nos revela achar-se então morador na sua pátria. Mas presumo que não tinha domicílio fixo entre nós, vivendo aliás alternadamente em Lisboa e em Vila Viçosa. Por isso não aparece eleito para Vereador ou para outro cargo municipal.

Cinco anos depois é que o encontro nomeado interinamente Capitão-mor das Ordenanças e Governador da praça pelo General das Armas da Província Joane Mendes de Vasconcelos, tomando posse destes cargos a 9 de Junho.

No ano seguinte (1659) a 14 de Outubro apresentou à Câmara a sua patente de Mestre de Campo do Terço dos Auxiliares da nossa comarca e Governador da praça e de toda a mesma comarca, vencendo por mês 16\$000 réis de soldo (Livro 2º dos Registos, fl. 66), os quais em 12 de Dezembro de 1662 foram elevados a 23\$000 réis por uma Provisão do Conselho de Guerra (Ibid. ,

fl. 80 verso).

Parece-me conveniente extractar para aqui os considerandos da patente de Mestre de Campo visto serem bastante honrosos para ele e resumirem os seus serviços prestados até então:

"... tendo respeito à qualidade, merecimentos e mais partes que correm na pessoa de Cristovão de Brito Pereira e aos serviços que me tem feito ocupando o posto de Governador da Praça de Vila Viçosa e sua Comarca, indo por toda ela o ano passado conduzir os soldados Auxiliares para socorro da Praça de Elvas, formar outros de novo, e mais de cento e trinta pagos para montar a cavalaria, deixando também Ordenanças prontas para a mesma ocasião, a que acudiram, e tornar em treze de Fevereiro do presente ano, por ordem minha, àquela comarca a juntar de novo as companhias dos Auxiliares, assim de infantaria como de cavalos, procedendo com toda a satisfação e zelo do meu serviço sem em todo o tempo referido vencer soldo algum, havendo feito nele despesa considerável de sua fazenda: ao que tendo juntamente consideração e esperar dele que em tudo o de que o encarregar corresponderá à confiança que faço da sua pessoa, hei por bem, etc."

Tem esta patente a data de 11 de Setembro de 1659.

Cristovão de Brito era pontual em sair com as Ordenanças aos rebates quando os Castelhanos faziam entradas pelos territórios próximos do nosso. E porque o Alferes de Pardais Gaspar Lopes não fez o que devia em Julho de 1658, trouxe-o preso para o Castelo e propôs a sua demissão.

Nesse ano de 1658-59 foi Provedor da Misericórdia.

Apesar, porém, de todo o zelo e actividade do nosso patrício, parece que os seus camaradas de tropa de linha ou praça (como então se dizia) não o julgavam bastante hábil para defender a praça em ocasião de perigo ou não tinham por curial com a disciplina militar que lhe obedecessem oficiais de tropa de linha, sendo ele apenas Mestre de Campo de Auxiliares. E assim observamos que por vezes lhe foi retirado o governo da mesma praça em que não tinha durante a guerra mais que o posto de Governador interino. Manuel Lobato Pinto, Mestre de Campo de tropa regular, que era de Vila Viçosa ou pelo menos seu morador, foi um dos que o substituíram por vezes. Porém, saída a guarnição a operar com o exército do Alentejo, ficava sempre Cristovão guardando a praça com os Auxiliares e Ordenanças. E assim no ano de 1662, quando passou ao oriente de Vila Viçosa o exército inimigo, achando-se ele com o governo em ocasião de tanto perigo mandou derrubar a cadeia e principiar as mais demolições de casas encostadas aos muros da praça que tiveram de continuar-se de futuro e já o deviam ter sido, atento o dano que

faziam à boa defesa da mesma praça.

Mas no ano de 1665 não foi retirado ao nosso patrício o governo porque o General em Chefe do exército alentejano, Marquês de Marialva, não tinha a certeza de ser sitiada a nossa praça pelo Marte Castelhana e só por cautela mandou meter-lhe dentro dois Terços de Transmontanos, vindo com eles por comandante em chefe o nosso Manuel Lobato, e tornando-se um como adjunto do Governador. Isto foi uma boa sorte para Cristovão de Brito e melhor ainda foi o não lograrem os Castelhanos fazer render a praça, resultando daí o ficar ligado gloriosamente o seu nome a esta empresa na história da emancipação de Portugal. O que ele fez então está registado já no anal competente e não carece de repetir-se aqui.

Depois de 1665 devia o governo da praça continuar sempre na mão de Cristovão de Brito, mas não sucedeu assim por causa de não presidir a tropa de primeira linha quem era oficial da segunda. Manuel Lobato foi Governador dela nesse mesmo ano, mas por pouco tempo, sucedendo-lhe António Tavares de Pina que se manteve dez anos em tal posição.

Em 10 de Maio de 1676 é que o nosso patrício foi Governador efectivo da praça porque o Príncipe Regente lhe deu juntamente o posto de Mestre de Campo da primeira linha em atenção aos seus relevantes serviços. Essa nova carta patente, datada de 24 de Fevereiro, acha-se registada na Câmara no Livro 2, fl. 134, e nos seus considerandos lê-se:

"... tendo consideração à qualidade, merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Cristovão de Brito Pereira e aos serviços que por discurso de muitos anos me fez na província e exército do Alentejo, onde, depois de ocupar alguns postos, passou a governar a praça de Vila Viçosa e sua Comarca com patente de Mestre de Campo e soldo deste posto, achando-se nesta ocupação quando o meu exército sitiou a praça de Badajoz, como também depois que o de Castela veio sobre Elvas e a pôs de cerco, despendendo muito da sua fazenda nas reconduções que mandava ao exército e na cura dos feridos e doentes que dele vinham para os hospitais da dita praça, os quais lhe foram encarregados, concorrendo com o mesmo zelo e despesa para o socorro da de Elvas, e finalmente governar a de Vila Viçosa no último sítio que lhe pôs o exército castelhano, havendo-se nos apertos e defesa dela com a constância e valor que devia às suas obrigações, e por esperar dele, Cristovão de Brito, que em tudo o mais de que o encarregar me servirá muito a meu contento, etc., hei por bem nomeá-lo Governador da Praça de Vila Viçosa com o título e soldo de Mestre de Campo pago na conformidade das minhas ordens, etc."

Em 1683 (a 2 de Outubro) assistiu Cristovão de Brito às exéquias do Rei D. Afonso VI, levando o estandarte enlutado e arrastado, montado num cavalo e assistido por alguns criados seus, apesar dos achaques de que já muito padecia, prestando-se deste modo ao convite que lhe fizera a Câmara expendendo *que ninguém era mais próprio para levar o estandarte Real nesta função de luto pela morte de um Rei a quem ele tão valorosamente defendera*, diz o relator enviado pela mesma Câmara ao Príncipe Regente D. Pedro II (Livro 2 dos Registos, fl. 172).

Ainda se conservava no seu posto em 1687 quando foi reformada a Fonte Pequena, sendo um dos que promoveram esta obra auxiliando-a com um donativo, assim como fizeram outros vizinhos da mesma fonte. Depois desse ano faltam notícias suas em documentos do Município. Porém o Livro de Família dos Sousas da rua de Santa Luzia esclarece-nos ainda sobre o seu final dizendo que El-Rei D. Pedro II o mandara transferir de Vila Viçosa para o Governo da Torre de Belém, onde morreu.

O mesmo Livro e a Corografia Portuguesa, no lugar citado, referem que El-Rei D. Afonso VI lhe dera em remuneração dos seus serviços a Comenda de S. Salvador de Sanguinhedo, lotada em 200\$000 réis; que depois pela defesa de Vila Viçosa em 1665 lhe prometera o mesmo Rei uma Comenda de 400\$000 réis e um lugar de cem vizinhos para o fazer vila, nomeando-lhe neste intuito a Comenda de S. Perofins de Coulelas e dando-lhe a Alcaidaria-mor de Alhos Vedros.

O Livro de Família, em vez da primeira comenda citada atrás, menciona a das Boticas, talvez por ser a mesma de Sanguinhedo, mas (pena é) não declara o ano do seu óbito em Belém. Deveria ser depois de 1696 porque ainda vivia nesse ano.

O filho primogénito de Cristovão de Brito Pereira 3º casou, mas não teve sucessão e os mais filhos também não deixaram descendência, extinguindo-se neles a varonia principal de Fernão Rodrigues Pereira, o Pássaro. Porém ficou subsistindo até agora no segundo ramo o dos Sousas Pereira de Brito da rua de Santa Luzia (veja-se Pedro de Sousa de Brito).

CRISTOVÃO DE BRITO PEREIRA 4º

Este Calipolense era primo irmão do antecedente como filho de Salvador de Brito Pereira 2º (veja-se), irmão do pai dele, e de sua mulher D. Brites Pereira da Fonseca.

No seu tempo abriu-se à fidalguia Portuguesa uma carreira arriscada, embora gloriosa: a das armas, para que vingasse a emancipação de Portugal do jugo de Castela. E assim Cristovão de Brito 4º não hesitou em cingir uma espada e entrar com ela no serviço do exército regular, cabendo-lhe a sorte de selar com o seu sangue a vitória do Ameixial a 8 de Junho de 1663.

Lá ficou estendido no campo, sendo ao tempo Capitão de cavalos de couraças e 1º da Guarda de D. Sancho Manuel, General em chefe (Corografia Portuguesa, Tomo II, pág. 519 e Vida de Dinis de Melo).

Padeceu ele para nós podermos lograr o fruto de suas lides, sendo vítima imolada no altar da Pátria para lhe grangear a sua independência política!

Notável coincidência! João de Brito Pereira, seu irmão germano, já nascido em Lisboa, teve igual fim, mas em diverso estádio: este foi também Mártir, porém do Cristianismo, derramando o seu sangue às mãos do gentio namissão do Madurei (India). E como a Igreja paga sempre melhor que o Estado àqueles que se devotam às suas campanhas espirituais, goza hoje do renome glorioso e recebe o culto de veneração no meio do incenso, pompas e luzes dos templos, como Beato, assim declarado em 1853 pelo imortal Pontífice Pio IX.

Cristovão de Brito 4º foi baptizado em S. Bartolomeu a 26 de Setembro de 1638.

CRISTOVÃO DE BRITO PEREIRA SOUSA MENEZES

Filho de Tomé de Sousa Menezes (veja-se).

Nasceu na casa da rua de Santa Luzia a 4 de Julho de 1846.

Seu pai o mandou estudar em Coimbra onde chegou a cursar o 1º ano de Direito, mas não continuou.

Em 1879 foi nomeado Administrador do Concelho da sua pátria: cargo que teve ano e meio e em 1881 foi eleito Procurador à Junta Geral do Distrito para o quadriénio de 1882-85.

Já tem concluída a sua carreira civil e política desde Novembro de 1882 em que se alienou por efeito de se malograr o casamento ajustado com sua sobrinha D. Maria das Dores de Saldanha. Levado então para o Hospital de Rilhafoles, foi dali retirado em Junho de 1883 e encerrado num quarto inferior da casa de seu pai. Pobre moço!... Depois de doido e furioso até passou a idiota pacífico.

Faleceu a 13 de Agosto de 1885 e foi sepultado no jazigo familiar da Matriz no dia seguinte.

CRISTÓVÃO DE BRITO DE SOUSA PEREIRA

Filho de Manuel António de Sousa. Vivia cá em 1713 como administrador dos morgados de seu pai.

CRISTÓVÃO DA CUNHA

Casado com Cecília de Sande, meteu freira nas Chagas a sua filha Luzia de Assunção com dote de 400\$000 réis em 1630.

CRISTÓVÃO FERNANDES DE VILALOBOS

Descendia de Lopo Garcia de Arca (veja-se).

Foi soldado muitos anos e chegou a ser Capitão servindo nas Índias.

Era irmão de Brás Fernandes de Vilalobos e contemporâneo do Duque D. Jaime. Esta notícia é do Parnaso de Vila Viçosa, Livro 2, cap. 48.

CRISTÓVÃO LEITÃO

Era Capitão das Ordenanças do Ducado Brigantino em 1513 quando o Duque D. Jaime foi à conquista de Azamor e tinha já dado provas da sua aptidão servindo em Itália (Crónica de D. Manuel por Damião de Góis, 3ª Parte, cap. 46).

O que não posso afirmar é que ele fosse nascido em Vila Viçosa onde os Leitões parecem aliás antigos.

CRISTÓVÃO DE LEMOS DE MORAIS

Casado com D. Joana de Macedo e filho de Fernando Aires de Moraes. Vivia nesta vila em 1600 e em 4 de Outubro enviuvou da sobredita D. Joana.

CRISTÓVÃO MACHADO GRALHO

Foi criado em casa de Nuno Machado, na Corredoura. Era bastardo neto do mesmo Nuno, filho de um filho legítimo, Luís Machado e de mulher da família dos Gralhos. (Veja-se Nuno Machado).

Casou em 1635 com D. Isabel da Silveira, filha de Luís da Silveira de Vilalobos, já então falecido, e cunhada de André Mendes Lobo que foi quem figurou na sua dotação. Levou em dote 3 000 cruzados, mas 400\$000 réis ficaram para saír da legítima da avú materna Catarina Lenga, que ainda vivia (Notas).

Em 21 de Julho de 1641 foi eleito Capitão de Ordenanças da Companhia de S. Romão e freguesias anexas, mas deixou de o ser logo em Março do ano seguinte.

A esta família pertenceu Frei José Gralho, o fundador do riquíssimo claustro de S. Paulo (veja-se).

Em 1645 baptizou em S. Bartolomeu um filho chamado Nuno Machado. Teve também Luís Machado da Silveira (veja-se).

Em 1658 era falecido e nesse ano professaram em Santa Cruz duas filhas suas chamadas D. Mariana e D. Isabel. Em 1660 foi a entrega dos dotes (--- 800\$000 réis) em fazenda e dinheiro.

D. CRISTÓVÃO MANUEL

Fidalgo do ilustre apelido de Manuel que vinha pela varonia do Infante Castelhana D. Manuel, filho do Rei S. Fernando (III).

Serviu a Casa de Bragança em tempo dos Duques D. João I e D. Teodósio II. Foi Comendador de Moreiras e Alcaide-mor de Fontes (História Genealógica, Tomo VI, pág. 658).

Casou com D. Francisca de Castro, filha de Rui Vaz Pinto, e tiveram a D. Francisco Manuel 2º (veja-se) e a D. Rodrigo Manuel. O neto do primeiro, D. Sancho Manuel, foi 1º Conde de Vila Flor.

Teve duas filhas freiras nesta vila chamadas D. Maria da Ressurreição e D. Joana de Cristo. Em 1608 eram ambas já falecidas. Umas casas que elas possuíam na rua dos Caldeireiros passaram nesse ano à Misericórdia (Tombo 2º).

CRISTÓVÃO MANUEL DE SOUSA

Veja-se Luís Machado da Silveira, nome de seu pai.

Em 1691 era Alferes da Guarda do General Dinis de Melo; depois teve o posto de Capitão e em 1710 já não o era, não sei porquê.

Casou em Lisboa com D. Vicência Joaquina de Almeida no ano de 1722, mas veio para Vila Viçosa, sua pátria, e cá morreu em 1729 sendo já viúvo e freguês de S. Bartolomeu. Possuía a casa dos Machados que por fim foi parar às mãos dos Galveias. Deixou somente o bastardo António Manuel de Sousa.

Foi baptizado em S. Bartolomeu a 2 de Setembro de 1661, sendo seu padrinho o Capitão Nuno Machado, seu tio.

Em 1695 era alferes da companhia do Conde das Galveias.

CRISTÓVÃO MARIA DOS SANTOS

Foi Vereador em 1838, razão por que escrevo aqui o seu nome.

Era natural de Elvas, de onde veio para Vila Viçosa exercer o seu ofício de boticário cerca de 1834, primeiro na botica da Misericórdia e depois em farmácia própria.

Gozava de bons créditos como oficial da sua arte e era muito devotado à leitura de obras clássicas, juntando por isso boa porção de livros antigos e modernos.

Não tinha porém fama de bom cristão, ainda que também não conste ser homem de mau carácter.

Casou duas vezes sem jamais deixar descendência.

Faleceu em 29 de Novembro de 1878.

CRISTÓVÃO DE MATOS LUCENA

Era filho de Afonso de Lucena 1º (veja-se) e irmão de Francisco de Lucena.

Estudou em Coimbra e ali se graduou Licenciado em Leis. Em 1624 ainda era menor de 25 anos e residia em Coimbra; por isso com autorização do Juiz dos Orfãos vendeu umas casas que tinha ao Chafariz dos Cavalos fazendo esquina para o ribeiro do Passadiço (da parte do norte), mas estava já emancipado com provisão de El-Rei (Notas).

No dia 15 de Dezembro de 1640 assistiu em Lisboa à Coroação de El-Rei D. João IV, a quem acompanhara de Vila Viçosa, segundo parece (História Genealógica, Tomo VII, pág. 103).

Continuava em Lisboa sendo casado com D. Maria de Figueiroa e Castelo Branco quando vendeu por procuração metade da herdade da Fuzeira de Baixo no termo do Redondo por 480\$000 réis, servindo cá de seu procurador Domingos do Rego de Andrade.

Na ocasião da desgraça de seu irmão foi preso na sua pátria (diz o Portugal Restaurado, Tomo I, pág. 432), mas não consta que padecesse incómodo ulterior.

Teve um filho chamado Martinho António Lucena que casou em S. Bartolomeu com D. Mariana.

CRISTÓVÃO MENDES LEITÃO

Casado com D. Luísa de Gouveia e já falecido em 1602, deixou um filho chamado Paulo Leitão de Gouveia (Notas).

CRISTÓVÃO MONTEIRO

Foi Procurador do Concelho de 1690. Vivia na freguesia de S. Bartolomeu casado em segundas núpcias com Catarina de Araújo, da qual houve um filho do mesmo nome em 1686.

CRISTÓVÃO DE LEMOS DE MORAIS

Filho de Fernando Aires de Moraes, que faleceu em 1569 e jaz na Capela-mor da Matriz do Alandroal. Vivía nesta vila em 1588 e era senhor do morgado instituído por seu pai em que entravam a herdade do Amarelo e o Pego do Bafo no concelho da mesma vila e a herdade da Torre que Cristovão Moraes aforou em courelas para vinha e olival junto ao Couto do sul de Vila Viçosa onde ainda está a nora da horta ou quinta da mesma herdade. Era fidalgo de linhagem.

Era casado com D. Joana de Macedo, de quem teve Fernando Aires de Moraes 2º que lhe sucedeu no morgado.

Cristovão de Lemos era falecido em 20 de Março de 1595, pois nesse dia aforou a sua viúva, como tutora de seu filho Fernando Aires de Moraes, duas courelas de vinha na sua quinta dos Cobres a Pedro M. Garrido e sua mulher em 2:800 réis.

CRISTÓVÃO DE MORAIS

Filho de Francisco de Moraes Cogominho e de D. Isabel de Sá e Fidalgo do Duque D. Teodósio II. Foi baptizado na Matriz a 2 de Junho de 1583, sendo seus padrinhos João de Tovar Caminha e D. Pascoela de Gusmão.

Casou na Matriz em 1606 com D. Maria de Mesquita. Faleceu em 24 de Outubro de 1642.

Era neto paterno de Cristovão de Moraes e de Maria Lobo, os quais tiveram a Madre Leonor de Jesus que professou Freira na Santa Cruz em 1573.

Possuía o Pinhal situado ao oriente da vila chamado hoje de El-Rei e então de Cristovão de Moraes, o qual passando (por dote provavelmente) ao senhorio das Freiras de Santa Cruz, foi por estas vendido ao Duque atrás mencionado em 1587.

Em 1643 já a sua viúva estava recolhida no Convento da Esperança (Notas).

CRISTÓVÃO MORGADO

Foi eleito Capitão de Ordenanças em 25 de Novembro de 1641.

CRISTÓVÃO DE MURES GANÇOSO

Era filho de Pedro de Mures Gançoso (veja-se). Era Juiz Ordinário em 1553 e cavaleiro do Duque D. Teodósio I.

D. CRISTÓVÃO DE NORONHA 1º

Era filho de D. Luís de Noronha 1º, morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578.

Foi Camareiro-mor do Duque D. João I por morte de seu pai e, como ele, Comendador de S. Salvador de Elvas, que lhe rendeu 275\$000 réis no ano de 1604 (Notas). Teve também a Alcaidaria-mor de Porto de Mós (História Genealógica, Tomo VI, pág. 658).

Em 1595 tinha a Comenda de Santa Localia no termo de Chaves que ele então arrendou por dois anos a 450\$000 réis cada ano (Notas) e mais 50\$000 réis a Rui Lopes de Sousa por os ter de pensão na dita comenda.

Era casado com D. Guiomar de Castro. Teve um filho chamado André de Noronha.

Residia em Lisboa no ano de 1616 e arrendou por 57\$500 réis a sua Comenda de S. Salvador de Elvas.

D. CRISTÓVÃO DE NORONHA 2º

Sobrinho do precedente. Foi Comendador de Santa Maria de Elvas, Alcaide-mor de Monforte, Estribeiro-mor do Duque D. João II e depois (em 1640), seguindo a Corte para Lisboa, foi também Estribeiro-mor da Rainha D. Luísa Francisca (Ibid).

Casou na Matriz em 1639 com D. Catarina Teixeira.

CRISTÓVÃO PERES CADORNEGA

Veja-se António de Oliveira Cadornega.

CRISTÓVÃO SANCHES

Cavaleiro Fidalgo do Duque D. João I.

Estes Sanches procediam de um espanhol de Albuquerque chamado Gil Sanches que veio para Vila Viçosa cerca do ano de 1510 (ver João Sanches).

Cristovão era filho de Gil.

Casou com Catarina Nunes e testaram ambos a favor do Convento das Chagas onde tinham metido freira a sua filha Isabel da Trindade, tendo esta o usufruto em sua vida. Ele faleceu a 24 de Agosto de 1584. Ela faleceu em 1588 ou pouco antes. Jazem na Igreja do mesmo Convento.

As casas da sua morada eram na rua dos Fidalgos à esquina da rua das Cortes, esquina do norte de baixo.

CRISTÓVÃO SARDINHA

Médico do Duque em 1601-23 e antes casado com D. Isabel de Araújo (Notas).

Teve um filho chamado João de Araújo e uma filha do nome de D. Serafina da Madanela, que professou em 1623 no Convento de Nossa Senhora da Saudação de Montemor, de S. Domingos, com dote de 400\$000 réis.

CRISTÓVÃO DA SILVA RAMOS

Capelão-mor da Capela Real e Comissário do Santo Officio, natural da nossa vila. Capelão da dita Capela já em 1731.

Reedificou em 1781 na Igreja da Santa Cruz a Capela de Santa Ana formando ali jazigo para quando falecesse, o que se efectuou em 22 de Fevereiro de 1783 em que apareceu morto na cama.

Em 1782 comprou a herdade da Cebola de Baixo por 600\$000 réis com um foro de 7\$300 réis às freiras da Esperança.

CLAUDINA DA NATIVIDADE

Célebre freira no Convento da Santa Cruz, que foi expulsapor se dizer que era homem, e foi readmitida provando ela que era mulher.

Foi sub-prioresa em 1647.

CLEMENTE ANTUNES MOREIRA

Foi Procurador do Concelho em 1745 e arrematou em 1750 a armação da Matriz para as exéquias de El-Rei D. João V.

Tinha o officio de armador.

Era filho de João Antunes Moreira e de Joana Rodrigues e casou em S. Bartolomeu em 1718 com Mariana Rodrigues, filha de Manuel Rodrigues Prezado e de Maria Dias, sendo ambos naturais de Vila Viçosa.

Tiveram um filho do mesmo nome que em 1755 casou em S. Bartolomeu com Francisca Bernarda Engerina. Também este houve descendência.

FREI CLEMENTE DA CONCEIÇÃO

Frade grilo ou agostinho descalço. Professou no Convento de Estremoz a 28 de Maio de 1739 e foi Padre Mestre e Vigário Geral da sua congregação, que ao todo constou de 24 religiosos naturais desta vila. Esta noticia é do Catálogo do Colégio da Formiga, ms., e do Portugal Antigo e Moderno.

CLEMENTE JOSE DA MOTA

Sendo carpinteiro, mas rico, foi Procurador do Concelho em 1788, 1798, 1803 e 1808. Faleceu em 31 de Agosto de 1811 sendo viúvo de Maria Teodora.

CLEMENTE LUIS LOBO

Capitão de cavalos que vivia cá em 1730 e anos seguintes e tomou de aforamento as casas nobres do largo da Fonte Grande onde residiu largo tempo.

Casado com D. Teresa Inácia Lobo Mascarenhas da Silveira. Em 1754 tinha uma filha, D. Mariana Bárbara, a qual doou os serviços do seu marido a D. Maria de Jesus, viúva do capitão de cavalos André Coelho.

CLEMENTE RODRIGUES MONTANHA

Este Calipolense foi aluno do Colégio da Purificação de Evora, hoje Seminário Diocesano, dirigido então pelos Jesuítas. E, frequentando com aproveitamento as aulas da Universidade que lhe ficava ao pé, mereceu receber os graus de Bacharel em Teologia e Mestre em Artes.

Ordenando-se em seguida, passou a ocupar as posições de que era digno pelas suas grandes letras.

D. Francisco Lobo da Silva, Prior-mor do Real Convento de Palmela, da Ordem Militar de S. Tiago, admitiu-o nesta ilustre e religiosa milícia em 13 de Outubro de 1696.

Sendo Beneficiado da Igreja de S. Sebastião de Setúbal, foi eleito Prior da freguesia de S. Julião da mesma vila (hoje cidade), onde exerceu com zelo e prudência os cargos de Juiz da Ordem naquela comarca e de Comissário do Santo Officio e da Bula da Cruzada.

Pregava muito e com créditos de excelente orador, mas apenas mandou imprimir a oração fúnebre que pregou nas exéquias de El-Rei D. Pedro II e um epigrama latino em louvor de Lourenço Pires de Carvalho, Comissário Geral da Bula da Cruzada. Assim se lê na Biblioteca Lusitana.

Parece ser irmão de Martim Roiz Montanha, filho de Inês Martins, já viúva em 1667.

CLEMENTE ROGADO DA SILVA

Seguiu a carreira das armas.

Sendo eleito Vereador para 1672, não pôde servir este cargo por estar empregado em Mourão, mas serviu-o no ano seguinte.

Em 1681 excusou-se de servir o mesmo cargo.

Era irmão de Jerónimo Rogado do Carvalhal.

D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA

*... da Virtude o amor, nunca suspeito
De interesse, nem de ambição tingido,
Só à c'roa imortal te são direito.*

(Filinto Elísio - Obras compl., Tomo IV)

Um dos muitos filhos que o Duque D. Jaime teve de D. Joana de Mendonça e quarto na ordem do nascimento foi D. Constantino de Bragança.

El-Rei D. João III, como amicíssimo de D. Jaime, querendo favorecer os filhos do seu segundo matrimónio que eram relativamente pobres, chamou D. Constantino para a Corte e fê-lo seu Camareiro-mor. Neste cargo se encontrava o nobilíssimo Calipolense quando El-Rei faleceu a 11 de Junho de 1557. Ficando, pois, desempregado, aconteceu que na primeira nomeação de governador para a Índia que então se fez, fosse este emprego rejeitado por dois altos personagens a quem o ofereceram os tutores de El-Rei D. Sebastião (a Rainha viúva e o Cardeal infante). E como então se achasse em Lisboa o Duque D. Teodósio I e praticassem os dois irmãos sobre o caso, disse D. Constantino a D. Teodósio que se lhe propusessem tal cargo ele o aceitaria. Ora, o Duque de Bragança que sempre se mostrou muito amigo dos seus irmãos foi-se logo ter com os Regentes do Reino e contou-lhes o que se passara, o que eles estimaram muito e decidiram logo passar-lhe a nomeação, apesar de não ter experiência das coisas da Índia e contar pouco mais de trinta anos. Foi isto no ano de 1558. A história do seu governo foi gloriosa, já porque levou as honras de Vice-Rei, já também porque se recolheram muitos frutos da sua boa administração, como o deixou escrito Diogo de Couto na Década 7ª, L. 6 e seguintes até ao fim do Livro 9.

Eu resumirei o que ali se diz. Chegou ao porto de Goa em 3 de Setembro do mesmo ano de 1558 e logo continuou as diligências de D. Diogo de Noronha, capitão de Diu, perante o Ithimitican, tutor do rei de Cambaia, para cederem os Guzarates aquela cidade com o seu território a El-Rei de Portugal porque andava rebelada e no poder no Abexim Cide Bofatá. Conseguida a cessão do Rei de Cambaia, marchou Constantino pelo Natal com uma grande armada para Damão e toma-a ao Abexim em 2 de Fevereiro de 1559, dando providências para que ela se conservasse na posse do nosso Estado da Índia como ainda hoje felizmente se conserva. Já se vê, pois, que o nome do 7º Vice-Rei está vinculado àquela nossa possessão ultramarina!

A praça de Damão foi entrada com tão próspera fortuna como D. Jaime en-

trou em Azamor: não se perdeu ali um soldado; houve apenas alguns feridos.

Na entrada *"levava o Vice-Rei diante de si a bandeira de Cristo e um devoto e formoso crucifixo arvorado numa hâstea que levava nas mãos o Padre Frei Belchior de Lisboa, Custódio dos Frades Menores. Tanto que se viu dentro na fortaleza, pôs ambos os joelhos em terra e deu muitas graças e louvores a Deus, nosso Senhor, por aquela mercê, imitando naquilo ao Duque de Bragança D. Jaime, seu pai, quando tomou a cidade de Azamor aos Mouros. Feito isto, mandou logo benzer a fortaleza e lhe pôs o nome de Nossa Senhora da Purificação em louvor daquele tão celebrado dia em que a tomou."* Isto diz Couto no capítulo 5 do Livro 6.

A outra empresa notável do seu tempo foi a empresa do Jafanapatão em 1560, a qual não correspondeu ao seu fim nem às despesas que se fizeram com a armada em que embarcou o próprio Vice-Rei. Não correspondeu porque, além de se mirar expulsar o rei daquele pequeno estado que era nosso contrário, tinha-se posto D. Constantino fazer transferir para a cidade de Jafanapatão os moradores cristãos de S. Tomé de Meliapor, a fim de viverem ali com mais fartura e livres da perseguição dos gentios. Mas o amor que todos nós temos aos pátrios lares e aos campos regados com os nossos suores fez com que os moradores de S. Tomé recusassem mudar o seu domicílio.

A cidade foi entrada com boa fortuna, ainda que depois os naturais do país, cobrando ânimo, já por fim molestavam muito os nossos que, pela razão já dita, vieram a abandonar aquela conquista.

Ficou muito em memória o relicário de um pagode em que se venerava numa redoma, engastado em ouro, o dente de Budão (espécie de santarrão dos Indios), a que os Portugueses chamaram o dente do bugio visto que para os nossos apenas eram homens os cristãos: os mais eram macacos, isto é, irracionais com aparência de homens. Trazido o relicário para Goa, vieram em 1561 embaixadores do Rei de Pegú propondo o resgate da relíquia e disposto a promover uma finta para isso, ainda que montasse a 300 ou 400 mil cruzados. A opinião geral em Goa era que se aceitasse o resgate em proveito do Estado que muito utilizaria com aquela avultadíssima soma e D. Constantino esteve quase rendido. Porém o Arcebispo D. Gaspar representou-lhe os grandes escrúpulos de ser ele culpado em continuar para o futuro aquela diabólica superstição e propôs-lhe uma junta de teólogos para se resolver sobre o caso. E resolveu enfim que se extirpasse aquela idolatria que era de maior honra para Deus que de proveito para o nosso Estado da India. D. Constantino então entregou o dente ao Arcebispo que o pisou num almofariz; depois lançou

os pôs num braseiro, cujas cinzas em seguida lançou de uma varanda ao mar.

Os Jesuítas aplaudiram muito esta resolução do Vice-Rei e para memorial dela compôs um deles um painel da Junta de teólogos com o Arcebispo, o Vice-Rei e os embaixadores do Pegú apresentando bolsas de dinheiro; e na tarja em redor estavam 5 C para significar *Constantinus coeli cupidine cremavit crumenas* (Constantino com o desejo de ganhar o céu queimou as bolsas de dinheiro).

No expediente dos mais negócios da Índia andou ele com pronto despacho e economia como pode ver-se em Couto, lugar citado.

Esperando que no fim do triénio lhe chegasse o sucessor, tratou de fabricar à sua custa uma boa nau para se transportar ao Reino sem ter que requerer passagem ao mesmo sucessor. E, pela muita devoção que tinha às Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo e em memória do mosteiro fundado por seus pais e em cuja vizinhança ele se tinha criado, pôs o nome de Nau Chagas. Esta foi um excelente vaso; tão bom que fez nove ou dez viagens à Índia sem naufragar até 1585 e acabou no porto de Lisboa servindo de cabrea.⁽¹⁾

Chegando a Goa o novo Vice-Rei D. Francisco Coutinho, Conde do Redondo, a 7 de Setembro de 1561, logo lhe entregou D. Constantino o governo e se retirou a Panelim onde tinha a sua nau. Deu aviamento a esta e em Outubro marchou para Cochim a tomar carga de especiarias para o Reino.

Concluirei com o que diz Diogo de Couto sobre o carácter de D. Constantino, visto ser testemunha insuspeita. "Foi homem de meia estatura, grosso, espadaúdo, barbassudo, gentil-homem, brando, afável, muito favorecedor das coisas da Religião, muito amigo da justiça, verdadeiro, casto; ao menos foi sempre tão cauto que nunca deu escândalo."

"Foi pobre para o Reino porque não levou mais que a sua nau, sobre quem ainda devia muito dinheiro, e não embarcou nela outras fazendas mais do que escravos de todas as nações e oficiais de todas as mecânicas e outras curiosidades. O mor emprego que de fora levou foram dez ou doze mil cruzados de pedraria que não quis arriscar na sua nau. E embarcou-a em outra entregue a um Mestre para no Reino pagar as suas dívidas. E, chegando a Lisboa, foi mexericado que levava grandes riquezas e tesouros e que roubara a Índia. Pelo que lhe deram na nau em que ia aquela pedraria e a tomaram e levaram à

(1) Penso que a nau Chagas de D. Constantino era aquela mesma que acabou nos Açores combatendo com três naus inglesas que intentavam aborá-la, mas' não puderam. Era seu capitão-mor Francisco de Melo Canamado. Pegou-lhe o fogo e toda a gente houve por melhor safar-se de lá antes que o fogo chegasse ao paiol da pólvora. Nesse momento voou ela em estilhaços. Isto em 1594. Couto, Dec. 11. Seria esta outra Chagas?

Casa da Índia, onde vendo-se a pouquidade e que em tudo fôra o Rei enganado mandaram que pagasse os direitos e levasse sua pedraria. Ao que D. Constantino mandou dizer aos Veadores da fazenda que pois lhe mandavam pagar direitos de coisa tão pouca que devia El-Rei, seu Senhor, estar em necessidade e que se tal era que ele lhe fazia serviço de toda a pedraria com o que, por vergonha, lha tornaram."

"Estava Portugal naquele tempo tão mimoso que foi o seu governo então muito estranhado, mas depois se entendeu que fôra dos melhores que desde então até hoje houve."

"E tanto se teve o seu governo por muito bom que dizem que quando El-Rei D. Sebastião mandou por Vice-Rei da Índia a D. Luís de Ataíde a primeira vez lhe encomendara que governasse tão bem como D. Constantino. E depois do ano de setenta e um o mandou El-Rei D. Sebastião chamar a Almeirim e o cometeu para tornar a estas partes da Índia com sua mulher, para nela residir enquanto vivesse, e lhe dava um título muito honrado que ele enjeitou por se quietar e estar já muito pesado."

"Depois de chegar ao Reino, requereu o cargo de Camareiro-mor, que se lhe não deu. Deram-lhe a Capitania de Cabo Verde, que arrendou por seiscentos mil réis na vila de Estremoz que lhe ele deu e nela se aposentou com sua mulher D. Maria, filha de D. Rodrigo de Melo, Marquês de Ferreira, e de sua segunda mulher D. Brites de Menezes. E porque não teve dela filhos, fez herdeiro de tudo o que tinha a D. Constantino, filho do Marquês de Ferreira, por ter o mesmo nome e ser seu sobrinho, filho de uma sua irmã."

D. Constantino veio passar a sua velhice em Vila Viçosa, tendo casa própria que não sei onde fosse.

Faleceu a 14 de Julho de 1575 e foi sepultado na Igreja das Chagas ao entrar da porta, onde também jaz sua mulher. O perpassar de tanta gente em mais de três séculos tem já obliterado parte do epitáfio.

Deixou em testamento mil pardaus (moeda de prata da Índia) para se fazer no Hospital do Espírito Santo uma enfermaria nova ao longo da rua das Vaqueiras com a sua varanda coberta para os enfermos convalescentes se recrearem, o que não se executou, como consta do testamento do Duque D. João I, seu testamenteiro e sobrinho, que alega no mesmo não ser aquela quantia bastante para tal fim e manda a seu filho e sucessor que a gastasse antes no reparo das enfermarias já existentes e com particularidade da rua de Três que se achava em precárias condições.

O nome de D. Constantino de Bragança é um daqueles que passaram com lustre à história de Portugal.

Quem quiser ler uma notícia mais extensa da sua vida, consulte a História Genealógica no Tomo V, pág. 607.

CONSTANTINO DE CACERES

Instituidor de uma capela administrada pela Misericórdia (Tombo 1º). Era Cavaleiro Fidalgo da Casa do Duque, casado com Isabel Vaz, de quem não teve sucessão, e tinha os cargos de Almotacé e Meirinho do Duque. Sua mulher era dama da Duquesa D. Brites de Lencastre.

Faleceu a 16 de Outubro de 1597 e mandou sepultar-se na Matriz do Castelo defronte do Sacrário. Deixou os remanescentes dos seus bens a sua mulher encarregando-a de formar a capela que veio a ser de 3:000 réis de missas ditas em domingos e dias santificados.

Moravam na rua dos Gentis.

Isabel Vaz faleceu a 4 de Agosto de 1601 em casa da Duquesa mencionada e mandou enterrar-se na cova do seu marido em cuja campa se poria letreiro declarando que ficava servindo para sepultura de estrangeiros. Deixou à Confraria do Sacramento da Matriz um olival ao Chafariz para ser aforado a azeite e não a dinheiro, sob pena de nulidade, e servir esse azeite para lâmpada do Sacrário. Deixou esmolas de 4:000 réis às confrarias do Rosário e dos Fiéis de Deus do Espírito Santo e 5:300 réis à Confraria do Sacramento de S. Bartolomeu. A Nossa Senhora do Amparo deixou uma vela branca para se acender no Cruzeiro cada ano em dia de Endoenças.

Entre os bens que a Misericórdia recebeu conta-se a horta das Laranjeiras ao pé do lagar de João Tomé (Buraco do Corregedor à Carreira das Nogueiras). Essa horta foi aforada pouco depois por 8:000 réis anuais, parecendo aos irmãos da Misericórdia que faziam bom negócio porque não viam que o dinheiro se deprecia com o tempo.

COSME DO COUTO

Era Almirante Geral da Armada em 1642.

Por ser primo irmão de António do Couto (veja-se) e também Comendador de S. Pedro de Nogueira, que era da apresentação da Casa de Bragança, tenho-o por Calipolense.

DR. COSME LOPES NETO

Cultivou a medicina este nosso patrício. Formou-se em Coimbra e obteve ali a regência de uma cadeira.

Outro tanto succedeu com seu irmão Manuel Lopes Neto e seu sobrinho João Lopes Neto. Este, porém, floresceu ali um pouco mais tarde, isto é, depois de regerem já cadeiras os seus tios. Aliás seriam simultaneamente sete os Lentes Catedráticos nascidos em Vila Viçosa e ali sentados em tal época.

Conta Moraes Sardinha que numa enfermidade que padecia El-Rei D. João III mandaram chamar a Coimbra um dos dois Lentes e irmãos Netos e, vindo a Lisboa Cosme por ser o mais velho, teve a feliz sorte de curar El-Rei e por isso houve dele não poucas mercês com o lugar de médico do Hospital Real da Corte.

A família dos Netos fez-se muito notável naquela época, ajunta o dito Moraes Sardinha, porquanto houve mais dois irmãos do Dr. Cosme não menos ilustres que ele chamados Fernão Lopes Neto (pai do Dr. João Lopes) e Nuno Lopes Neto. Vejam-se estes nomes.

Tais notícias são do Parnaso de Vila Viçosa no Livro 2, cap. 55.

O Dr. Cosme foi casado com Maria Lopes.

COSME RODRIGUES

Mestre de dançar dos moços fidalgos do Duque em 1619.

CUSTÓDIO JOSÉ DE ANDRADE

Filho de Clemente de Oliveira e de Maria Gomes Falcata, baptizado em S. Bartolomeu no ano de 1720.

Tomou posse do posto de Capitão da Companhia de Ordenanças de Pardais e freguesias anexas em 9 de Junho de 1759. Lavrador em 1753. Dono da herdade dos Bucelos de Juromenha em 1767.

Casou com D. Joaquina Isidora das Neves, natural de Lisboa e filha de António das Neves Cardoso e de D. Teodora de Jesus. Era freguês de S. Bartolomeu e faleceu cerca do ano de 1793.

Ele e seu pai Clemente de Oliveira foram Almoxarifes ou Tesoureiros das rendas do Estado (Livro 4 dos Registos da Câmara, fl. 237) e deixou deo ser

o filho por falta de fiança idónea. Ele, porém, estimulado com isso mandou registar (lugar citado) grande número de quitações para provar que não tinha alcances.

Em 1738 fez contrato de mútua licença com sua mulher D. Joaquina para se separarem a fim de ela ser freira e ele frade de Santo Agostinho, mas isto não se efectuou porque devia o contrato ser confirmado pelo Vigário Geral de Évora.

Em 1755 contratou com os Paulistas professor no seu convento seu filho Clemente António de Oliveira com 600\$000 réis de dote, metade na entrada e outra na profissão.

Casou segunda vez com Isabel Inácia Caetana de Sousa, irmã do Padre Inocência de Sousa Mialha, cunhado de João Falcão da Gama. Por não terem filhos, houve de se compôr com o dito João Falcão sobre os bens da segunda mulher recebendo este 400\$000 réis.



DAMIÃO DO CRATO DA FONSECA

Vivia na Corredoura em 1669 ou depois da paz geral de 1668, sendo Tenente General e casado com D. Catarina Filipa Mascarenhas.

Era senhor da herdade dos Botelhos no termo do Alandroal.

Não era de cá.

Em 1678 morava na casa que fica por baixo da Travessa da Santa Cruz.

D. DINIS DE ALMEIDA

Primeiro filho de Luís de Almeida e de D. Maria Corte Real de Melo e Castro, foi baptizado na Matriz em 1684 sendo seu padrinho Júlio de Melo de Castro.

... D. DINIS DE BRAGANÇA

Era filho do Duque D. Fernando II e irmão de D. Jaime. Foi levado, como este, para Espanha na ocasião de ser preso o pai em Évora e voltou em 1496 quando já reinava em Portugal seu tio D. Manuel.

Casou com D. Brites de Lemos, senhora da Casa Condal de Lemos, e deste casamento nasceu D. Afonso de Lencastre e D. Isabel de Lencastre, a fundadora do Convento da Esperança, que veio a casar com seu primo irmão D. Teodósio I.

Deste D. Dinis trata largamente a História Genealógica no Tomo V. Era Calipolense.

DINIS DE MELO DE CASTRO

Filho de Jerónimo de Melo de Castro (veja-se). Nasceu em Borba por ter ali seu pai muitos prédios e a quinta que depois se chamou do General, e ser além disso Alcaide-mor da dita vila.

Seguindo a carreira das armas durante a Guerra da Restauração de 1640, era General da Cavalaria em 1665 tomando parte em todas as operações dos oito últimos anos. Depois chegou a ser Mestre de Campo General e General em Chefe do exército do Alentejo na Guerra da Sucessão de Espanha em que obrigou a render-se a praça de Valença de Alcântara fazendo o seu nome conhecido não só em Portugal, mas até na Europa.

Em 1665 meteu no Convento das Chagas a sua filha Maria dos Serafins com dote de 300\$000 réis e 146\$000 réis de entrada, computando-se nisto a cama da enfermaria e outras propinas e enquanto não entrasse no noviciado ele a sustentaria.

Em 1688 já morava num quarteirão do Paço do Reguengo e ali viveu sempre de futuro.

Sua mulher, D. Angela, faleceu nas Caldas da Rainha a 16 de Agosto de 1677 e ali testou na véspera mandando formar da sua terça uma capela de dez missas a 100 réis para ser administrada por seu filho Pedro de Melo e na sua falta por seu filho André ou por sua filha Maria Josefa Corte Real. Está este testamento trasladado no L^o 143 do 1^o of^o. a fl. 91 do ano de 1677.

Em 1683 arrendou a sua Comenda de S. Cristovão de Nogueira por 340\$000 rs. E em 1698 arrendou a sua Comenda das Galveias por 130\$000 réis anuais.

Era já 1^o Conde das Galveias desde 1691.

Inscribo aqui o seu nome porque, além de ser oriundo de Vila Viçosa, residia aqui a maior parte do tempo na freguesia da Matriz e casa de seu avô João de Tovar, o que foi causa não só de estacionar a cavalaria na nossa vila no tempo da guerra, mas de estar aqui depois o Quartel General quando teve o governo das Armas do Alentejo (Vida, L. 2, n. 199).

Foi Provedor da Misericórdia nos anos de 1665, 1670, 1699, etc.

Foi o principal autor de se reconstruir em 1687 a Fonte Pequena, como se disse no anal competente, pois abonou o dinheiro para a obra pagando-lho de pois a Câmara em prestações.

Faleceu octogenário.

Seu filho e sucessor Pedro de Melo de Castro continuou a viver em Vila Viçosa e cá morreu.

Há uma biografia muito extensa de Dinis de Melo escrita por seu sobrinho

Júlio de Melo de Castro.

Casou nesta vila em 1660 com D. Angela Maria Lobo da Silveira, filha de André Mendes Lobo, e foi passar a lua de mel para o Alandroal, de cujo castelo era Governador seu sogro.

DINIS DE MELO DE CASTRO

Irmão de Pedro de Melo de Castro 1º. Era Doutor e vivia em Madrid no ano de 1616 (Notas).

D. DINIS DE NORONHA

Fidalgo da Casa do Duque D. Teodósio I e lembrador do seu testamento em 1563 (História Genealógica, Tomo VI, pág. 99).

D. DINIS DE SOUSA

Era Fidalgo da Casa do Duque D. João I e Comendador de S. João de Rei na Ordem de Cristo (História Genealógica, Tomo VI, pág. 254).

DINIS DE ALMEIDA

Desembargador do Duque em 1604 (Notas).

DIOGO DE AMORIM DE FARIA

Licenciado em leis. Estava cá em 1645 depois de ter sido Corregedor desta comarca.

DIOGO BRAS DA SILVA

Escrivão da correição em 1754.

DIOGO BOTELHO

Foi Vereador em 1582 e 1590 (Livro 1 dos Registos da Câmara, fl. 29 v.).
 Creio ser este mesmo o que em 1597 foi para a Índia com o Vice-Rei D. Francisco da Gama e era filho de Manuel Botelho (Couto, Dec. 12).

DIOGO DE CASTRO

Filho de André de Castro, lente de Medicina em Coimbra e pai de André António de Castro, médico insigne de quem já dei notícia.

Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, médico dos Duques de Bragança e "suave poeta" segundo a qualificação de Moraes Sardinha no Parnaso de Vila Viçosa, onde o mesmo transcreveu cinco sonetos, dois motes glosados, uma oitava e um romance do Calipolense de que se trata, falecido em 3 de Julho de 1567 e sepultado na Igreja das Chagas.

Dele fazem menção a Biblioteca Lusitana e o citado Parnaso no Livro 2, cap. 54, dizendo-o este último tão "famoso médico que se tinha dele opinião como de outro Chiron, mestre de Esculápio, pela boa ventura e graça com que exercitava suas letras e ciência".

Em 1588 e por muitos largos anos vivia entre nós outro Diogo de Castro, sendo casado com uma D. Isabel Nunes de Soazedo, neto do precedente. Era senhor da herdade da Faia de Mures e da quinta da Cebola de Cima. Tinha o foro de Escudeiro Fidalgo do Duque. Teve estes filhos: o Licenciado António de Castro, Henrique de Castro e Jorge de Castro (Notas). Ainda vivia em 1641. Segundo uma escritura deste ano, era meio irmão do Licenciado André António. Vivia em 1644 sendo viúvo.

DIOGO DE CASTRO E SILVA SOTOMAIOR

Natural de Valadares, no Minho, e filho de Matias de Sousa e Castro Sotomaior e de D. Rosa de Vilarinho.

Era muito jovem quando em 1840 faleceu Diogo da Cunha Sotomaior 2º, seu primo em grau distante, e veio herdar a casa da rua de António Homem.

Casou nesta vila com D. Teresa Ramalho Falé, filha do morgado José Anastácio Ramalho Falé (veja-se), da qual ficou viúvo em 1881 restando-lhe dois filhos: Matias, casado agora com D. Maria Francisca Matroco, e D. Rosa, ca

sada com José Maria de Almeida e Silva.

Foi Vereador no biénio de 1852-53. Tornando a ser eleito para o de 1856-57, embirrou em não servir este cargo sujeitando-se à multa de 60\$000 réis, mas serviu nos biénios de 1864-70.

Regressando a esta vila depois de ter residido uma temporada em Coimbra, aceitou ser Presidente da Comissão Administrativa do Município nomeada pelo Governador Civil de Évora para o biénio de 1876-77, visto não se ter realizado a eleição popular em Novembro de 1875.

Sendo eleito Vereador para o biénio seguinte, passou por graves dissabores de que pôde eximir-se em parte diligenciando a sua nomeação para o cargo de Administrador do Concelho de que tomou posse em Maio de 1878.

Demitido em Junho do ano seguinte quando caiu o Ministério Regenerador, tornou a ser reintegrado em Abril de 1881 quando a gente do mesmo partido subiu ao poder com a diferença de ter o título de Administrador Substituto somente, visto o Código Administrativo de 1878 exigir a estes funcionários habilitações que ele não tinha.

Ainda vive.

Em 24 de Fevereiro de 1865 foi-lhe passada Carta Régia de foro de Moço Fidalgo e daí em diante usou do fardamento respectivo em ocasiões solenes.

Acha-se registada a dita Carta na Câmara, Livro 7º, fl. 185, mas erradamente se lê nela o ser natural de Vila Viçosa.

Diogo de Castro anexou na traseira do palácio dos Cunhas umas pequenas molduras de casas que são situadas na rua de Frei Manuel e fundou aí no ano de 1857 uma lagareta de azeite de prensas com parafusos de bronze.

Faleceu na sua casa da rua de António Homem a 19 de Outubro de 1885, sendo Administrador Substituto do Concelho, mas em efectivo serviço e contando 59 anos de idade. Teve sepultura no cemitério da Matriz.

DIOGO DA CUNHA SOTOMAIOR 1º

Filho ilegítimo de Agostinho da Cunha Sotomaior, mas perfilhado por ele para lhe suceder nos morgados em prejuízo dos filhos legítimos.

Seguiu, como seu pai, a carreira das armas de sorte que em 1764 era Coronel do Regimento de Cavalaria de Almeida de onde passou a Brigadeiro e Comandante dos Dragões de Évora: posto que já tinha em 1784.

Era Fidalgo Cavaleiro como seu pai.

Casou com D. Catarina Joaquina de Melo e Sampaio, da qual não teve fi-

lhos, mas houve um bastardo que foi Diogo da Cunha Sotomaior 2º, de quem trato adiante.

Creio que não faleceu nesta vila. Sua mulher finou-se em 1809 sendo já viúva.

Era lavrador. Tinha um irmão chamado Joaquim da Cunha Sotomaior que administrava a lavoura e era clérigo, talvez presbítero.

DIOGO DA CUNHA SOTOMAIOR 2º

Diogo José da Cunha Sotomaior, o dizem alguns documentos.

É o vulto mais grandioso de Vila Viçosa no corrente século.

Filho ilegítimo do Brigadeiro Diogo da Cunha Sotomaior e de uma criada sua chamada Joaquina Fortunata, a Sécia de alcunha, teve a fortuna de ser legitimado por seu pai.

Foi baptizado em S. Bartolomeu no ano de 1763 como filho de pais incógnitos, sendo seu padrinho José Joaquim Miguens, e com o nome de Diogo José. O seu assento de baptismo tem uma cruz como sinal distintivo ao que parece, pois imediatamente antes se acha o assento de outro Diogo sem mais sobrenome.

Seguindo assim a carreira das armas como cadete e pertencendo à Leal Legião Lusitana estacionada em Estremoz (se bem me informam), foi reptado pelo cadete Aparício que passava por muito valente e dextro no manejo da espada. Diogo da Cunha, por um desses mal entendidos pundonores de honra de cavaleiro, aceitou o duelo. Foram bater-se os dois para o Mizurado com as formalidades do estilo, dizendo alguns dos padrinhos e testemunhas: - *Vamos a ver morrer o Diogo da Cunha...* Mas enganaram-se. Aparício foi ferido gravemente, perguntando-lhe então o seu adversário se se dava por vencido. E, como ele com o ardor das feridas se mostrasse ainda mais renitente, continuou o Cadete Calipolense a sua esgrima defensiva e ofensiva até que pôde jogar-lhe uma estocada fatal e o deixou morto.

Foi isto uma nódoa na reputação de Diogo da Cunha nestes nossos tempos de costumes já influenciados pelo espírito do Cristianismo. Os duelos proibidos há muito pela Igreja com pena de excomunhão maior para todos os que neles tomassem parte, eram já igualmente proibidos e punidos pela legislação civil de Portugal e assim o nosso patrício foi preso, julgado em conselho de guerra e condenado a dois anos de prisão na Torre de Outão em Setúbal.

Satisfeita aquela pena, tornou ao serviço militar na arma de Cavalaria. Fez a campanha da Guerra Peninsular e dela saíu tendo já o posto de Tenente Coronel.

Por Carta Régia de 20 de Outubro de 1822, que está registada na Câmara, Livro 7º, fl. 82, teve o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa de Sua Majestade. Nela se lê:

"Hei por bem fazer mercê a Diogo da Cunha Sotomaior, natural de Vila Viçosa, filho de outro de igual nome, Fidalgo da minha casa, neto de Agostinho da Cunha Sotomaior, de o tomar no mesmo foro de Fidalgo dela com mil e seiscentos réis de moradia por mês de Fidalgo e Cavaleiro e um alqueire de cevada por dia, pago segundo a Ordenança; e é o foro e moradia que pelo dito seu pai lhe pertence, etc."

Em 1823 era já Brigadeiro e seguia o partido da Monarquia Pura, razão por que o Coronel Torres de Cavalaria nº 2 o quis intrigar com a revolta do esquadrão do mesmo corpo promovida em Março por alguns sargentos que o convidaram para se pôr à testa deles. Foi convidado (confessaram eles depois), mas o Brigadeiro não aceitou tal convite como quem estava no caso de presidir a empresas de maior vulto.

Em 1828 era já Marechal de Campo e, por Alvará de 19 de Novembro que também se acha registado na Câmara (Livro 7º), concedeu-lhe D. Miguel I o gozo das honras e prerrogativas que competiam aos Moços Fidalgos, não obstante não poder ter exercício no Paço pela sua maioridade.

Nesse mesmo ano (em Maio) elegeram-no os seus patrícios por unanimidade Procurador às Cortes de Lisboa, levando por companheiro António Lourenço de Matos Azambuja. E ele desempenhou-se desta honrosa comissão expedindo quotidianamente à Câmara boletins do que se passava nas ditas Cortes; e tanto ele como o seu companheiro sustentaram-se à sua custa em Lisboa não exigindo jamais ao Município subsídio algum para as despesas que fizeram.

Marechal de campo efectivo na ordem do dia de 8 de Novembro de 1833 e Tenente General em 22 do mesmo mês e ano.

Continuando ao serviço de El-Rei D. Miguel I, era já em Maio de 1834 quando este convencionou em Évora Monte Tenente General, além de Cavaleiro do Hábito de Cristo e não sei que mais.

Para evitar perseguições dos Liberais, retirou-se então para a sua Quinta dos Paços em Pardais e, porque aqui o procuraram a Guarda Nacional do Redondo e a Guerrilha do Batalha de Portel escapando com dificuldade, viu-se obrigado a passar o Guadiana e ir morar na sua magnífica herdade de Val de

Coelho sita no termo de Olivença até que, serenados mais os ânimos dos vencedores, tornou ao concelho de Vila Viçosa em 1837, residindo ora em Pardais ora na sua casa da rua de António Homem, onde faleceu a 30 de Junho de 1840 sendo maior de 77 anos de idade. Jaz no cemitério da Matriz, em cuja campa rasa se lê: *Aqui jaz o Illmo Diogo da Cunha Sottomaior, que falleceu em 30 de junho de 1840.*

Dois merecimentos e muito grandes tenho ouvido attribuir à pessoa do Tenente General Diogo da Cunha. O primeiro (bem raro) é ter servido a sua pátria comum no serviço militar *de graça*, pois que, ao menos a maior parte do tempo, ofereceu os seus soldos em beneficio das urgências do Estado, sustentando-se aliás com os seus bens particulares. O segundo é a sua destreza na arte da Cavalaria, mostrando-se digno patricio de António Galvão de Andrade.

Tinha, com efeito, uma propensão particular para a picaria, de sorte que possuía sempre cavalos bons e optimamente adestrados. Em 1806, saindo ele de sua casa para ir dar um passeio à Tapada Real e desembocando no Terreiro do Paço pela rua dos Fidalgos, viu a uma janela o Príncipe Regente D. João. E logo, descobrindo-se e quadrando-se com a frente no Paço, ladeou toda a extensão até ao canto do Chafariz de El-Rei sem perder a frente com o Príncipe que, boquiaberto, admirava tanto o cavalo como o cavaleiro. Houve depois quem lhe persuadissem a fazer oferta daquele cavalo ao mesmo Príncipe que o cobiçara, mas ele ouviu impassível tais persuasões. Era muito cioso com os seus bucéfalos porque lhe davam trabalho a ensinar e assim não abria mão deles por preço algum quando via que em verdade tinham grande merecimento.

E o que fez ao pai, fez igualmente ao filho D. Miguel I na campanha de 1832-34, sendo seu Ajudante de Campo depois de largar o governo da Torre de S. Julião da barra de Lisboa. Toda a gente sabe que aquele Rei andava sempre a trote ou galope, de forma que os seus Ajudantes de Campo lhe ficavam por fim muito à rectaguarda e supõe-se que ele gostava disso mesmo. Porém com Diogo da Cunha não teve tal gosto porque sempre o seu cavalo andava abarbadado à anca do de El-Rei que, olhando para trás e vendo-o só a ele junto de si, disse-lhe por vezes: - *Tens um belo cavalo, Diogo da Cunha!* - *Muito estimo tê-lo para bem servir a Vossa Majestade*, era sempre a sua resposta e nunca lho ofereceu.

Reedificou Diogo da Cunha a sua casa da rua de António Homem anexando -lhe ainda um prédio da parte da Praça e pondo-a na condição de palácio em que se encontra. Na teia de ferro da sacada central mandou ele talhar um D e um C, iniciais do seu nome, como aperfeiçoador daquela casa, o que se efec

tuou aí por 1820. Ficou então sendo a segunda casa nobre da vila depois do Palácio Real.

Não obstante a profissão da vida militar, o nosso ilustre patricio conservou sempre a lavoura, trazendo por sua conta não só as suas herdades, mas arrendando ainda algumas outras. Cabeças de gado suíno tão corpulentas como as dele, ninguém as apresentava na feira de Janeiro.

Casou já tarde (aí por 1829) com D. Joana Isabel de Sande Castro Almeida e Bourbon, Fidalga da Corte e da mais alta nobreza, da qual não teve descendência com bastante pesar seu e, como não restasse por sua morte nem filho natural, forçoso foi passar o seu morgado a seu primo Diogo de Castro, como dito é. D. Joana tem-se conservado até agora (1883) no estado de viúva. Depois de residir por alguns anos em Vila Viçosa e na quinta dos Paços de Pardais, comprou em Lisboa uma quinta no sítio do Rego onde tem passado o tempo da viuvez exercitando-se em virtudes e boas obras. A Igreja de Pardais deve-lhe muitos beneffcios e pode dizer-se que tem sido sua padroeira. Conta perto de 90 anos.⁽¹⁾

Diogo da Cunha era alto, grosso e direito, o que lhe dava a fisionomia de um garboso militar. Trajava de um modo simples quando estava em Pardais ou ia ver a sua lavoura, sendo inimigo de modas esquisitas, luxuosas e gastadoras sem outro fim mais do que o fausto da exterioridade ridícula. Quem o via e não sabia quem ele era, não o tinha por um rico morgado, general e fidalgo.

DIOGO DIAS PINTO

Licenciado que vivia nesta vila em 1624 (Notas).

DIOGO FERREIRA

Em 1471 era Fidalgo da Casa do Duque D. Fernando II (História Genealógica, Tomo VI, pág. 659).

(1) Faleceu em 2 de Fevereiro de 1885.

DIOGO FREIRE DE VILALOBOS

Em 20 de Julho de 1644 foi eleito Alferes da Companhia de Ordenanças a cavalo e passou a Capitão da mesma em 17 de Agosto de 1647 (Cartório municipal).

Em 1646 foi afiançado por seu irmão Belchior de Vilalobos para se livrar da morte de Domingos Dias, morto no termo do Alandroal. Solto da culpa.

Era filho de Jorge de Vilalobos.

Um deste nome era falecido em 1646 e vivia cá a sua viúva, D. Brites Ribeiro, que deu alforria a um escravo.

DIOGO GANÇOSO

Licenciado e Prior do Salvador em Elvas. Irmão de Beatriz Gançoso e Joana Gançoso, das quais foi testamenteiro.

Era Calipolense, filho de Maria Dias e de um Gançoso. Vivia em 1575 no dito cargo.

DIOGO DE LEMOS SOARES

Em 1700 deu dez mil cruzados a juro de 6 1/4% ao Conde das Galveias que os liberou em 1721.

Acho notícia de estar já residindo nesta vila em 1719. Parece-me ser natural de Elvas onde tinha parentes e família. Foi casado com Esperança de Lemos, sua prima. Foi um dos homens que mais deu que fazer a tabeliães por ser capitalista. Nesse mesmo ano emprestou 1:834\$000 réis a Manuel Freire de Andrade com o juro de 6 1/4%.

Em 1720 comprou às Freiras de Santa Cruz a capela de Santa Maria para o jazigo da sua família por 434\$000 réis.

Em 1728 mete freiras na Santa Cruz as suas filhas Isabel Maria dos Anjos e Maria Josefa dos Serafins com dotes de 500\$000 réis.

Em 1712 compra a quinta do Polme a D. Luísa Clara de Menezes, viúva de Gomes Freire de Andrade, por 1:600\$000 réis.

Em 1717 já possuía a defesa de Val de Coelho em Olivença e que ele arrendou por 500\$000 réis, oito porcos gordos reputados a 4\$600 réis, seis marrãs

a 2\$000 réis, trinta e cinco queijos de ovelhas e dois borregos.

Enviou no dito ano de 1717 a 20 de Setembro. Sua mulher deixou testamento em que se mandou sepultar debaixo do altar de Santa Mónica na Santa Cruz, onde tinha duas filhas freiras. A outra filha, D. Maria Soares de Lemos, foi a que casou com Agostinho da Cunha Sotomaior. Ela deixou a terça ao marido.

Em 1735 era falecido.

DIOGO LOPES DE CARVALHO

Foi Vereador em 1654, 1658, 1662, 1665, 1669, 1672 e 1673. Provedor da Misericórdia em 1662-63.

Em 1646 assistia em Elvas servindo como alferes do Mestre de Campo General.

Casou em 1654 com D. Maria Castelo, viúva de Gaspar Galvão Cepa, que vivia em Borba, e deu fiança para ser tutor de Fernando Vaz Cepa, seu enteado de quatro anos, e de D. Beatriz de cinco. Isto em 27 de Julho. D. Beatriz em 1665 estava recolhida no Convento da Santa Cruz. Era tutor de ambos então Agostinho Pires, morador em Borba.

Em 23 de Maio de 1668 foi eleito Capitão de Ordenanças e em 5 de Novembro de 1673 votaram nele para Procurador às Cortes de Lisboa, de onde se retirou por "justos respeitos" em Março do ano seguinte, sendo assim necessário que a Câmara e gente da governação lhe dessem por substituto a Vital de Sousa.

Em 1671 foi Guarda-mor da saúde.

Os registos paroquiais são deficientes e por isso digo que, salvo erro, era filho do Dr. Álvaro Lopes e de sua mulher Maria Alves, e foi baptizado na Matriz em 16 de Outubro de 1616.

Casou com D. Maria Castelo de quem teve duas filhas, Freiras na Santa Cruz, a saber: Antónia da Anunciação, professa em 1676 quando já eram falecidos seus pais; e Guiomar do Céu, professa em 1680.

Morava na freguesia de S. Bartolomeu, onde faleceu com testamento a 9 de Novembro de 1674. Logo depois da morte de D. Francisca de Noronha, tomou de aforamento as casas de residência daquela fidalga por 10:200 réis em 1653.

Não foram poucos os serviços que fez à sua terra e de graça.

DIOGO LOPES NETO

Proprietário, casado com Isabel Roiz (1601). Era burguês remediado.

DIOGO LOPES DE SOUSA

Irmão do Governador da Índia Martim Afonso de Sousa, de Pedro Lopes de Sousa e de João Rodrigues de Sousa. Foi para a Índia com o dito irmão Martim em 1534. Diogo de Couto lhe chama fidalgo em que havia muitas partes de prudência, cavalaria e outras.

Foi Governador de Lisboa e casado com D. Antónia de Menezes, filha de Si mão da Cunha e sobrinha de Nuno da Cunha (Dec. 4, L. 6, cap. 4).

Manuel de Sousa, 1º Capitão de Diu, era seu primo irmão.

Foi contemporâneo seu e parente outro do mesmo nome que Diogo de Couto distingue com a alcunha de Diabo, o qual foi para a Índia a servir como sol dado em 1537. Era irmão de Bernardim de Sousa e também de Tomé de Sá Couti nho, todos de Arronches. Estes queriam disputar a Martim Afonso a repre - sentação directa dos Sousas, como lembra Couto na Dec. 5, L. 2, cap. 3.

Para distinguir o nosso do antecedente, chama-lhe o Traquinas de Santa-rém porque certamente depois de deixar o serviço da Casa de Bragança vive-ria em Santarém.

Este Diogo, voltando ao Reino, tornou na frota do ano de 1539 por capi-tão-mor do mar da Índia.

DIOGO LOPES VIEGAS

Vigário da Vara em 1601 (Notas).

Seu tio, o Licenciado António Viegas, renunciou nele em 1606 a dignidade de Tesoureiro-mor da Sé de Braga com reserva de 200\$000 réis anuais.

D. DIOGO DE LUCENA

Filho de Joaquim Eugénio de Lucena e do seu primeiro matrimónio.

Seguindo a vida eclesiástica, foi penúltimo Tesoureiro-mor da Capela Real da nossa vila, em cuja dignidade faleceu a 11 de Fevereiro de 1823.

Creio que este é o mesmo a quem a História Genealógica no Tomo IX, pág. 254 dá o nome de D. Diogo da Fonseca e Évora; porém o seu nome vulgar entre nós é o que acima deixei escrito.

DIOGO MAIO

Monstro de valentia nas Indias Orientais em tempo dos Reis Filipes. Era nascido na nossa vila. Assim o diz o Parnaso de Vila Viçosa no Livro 2, cap. 44, onde vem o elogio deste patricio.

Não encontro menção deste nome nas Décadas de Diogo de Couto, cujas ultimas, tirando a décima, se perderam havendo hoje apenas uns epítomes delas e daí procederá tal obscuridade. Apenas achei menção de um António Maia militando em Málaga no ano de 1587 (Dec. 10, L. 8).

No testamento do Dr. Joaquim Mendes de Vasconcelos foi testemunha do auto de aprovação em 1557 um Afonso Maio, sapateiro, que bem podia ser pai do sobredito Diogo. E em 1604 vejo ser testemunha de um contrato Manuel Maio, cavaleiro do Duque. Ainda vivia cego e entrevado em 1617, sendo casado com Isabel Franca depois de ter enviuvado de Doroteia Lourenço. Disto se vê existir nesta vila uma família de Maiores.

DIOGO MANUEL

É o nome de um Juiz Ordinário nosso que tinha este cargo em 1531.

DIOGO MARTINS DE CARVALHO

Licenciado que vivia já em 1590, sendo filho de Francisco Gralho (Notas).

Em 1615 doou-lhe sua tia, Ana Soares, viúva de António de Abreu 1º, todos os seus bens. Não casou. Legitimou em 1626 dois filhos, cujos um era Gaspar Martins de Carvalho que casou com Catarina de Sequeira, e outro era Ma

ria Carvalho, filha de Juliana Barbuda, solteira. O Gaspar era filho de Francisca Pais, casada.

Em 1626 doou a dita Catarina um terço da herdade do Monte da Aldeia da Rosa do termo do Alandroal que rendia um moio de trigo galego, vinte de anafil e marrã, em capela com uma missa por ela e seus pais no altar do Senhor Jesus da Graça: mas isto por sua morte (Notas).

DIOGO MARTINS SEPA

Meirinho do Duque em 1629 (Notas). Casado em 1640 com Catarina da Fonseca.

D. DIOGO DE MELO

Parente da Casa de Bragança por D. Afonso, Conde de Faro (veja-se).

Era filho de D. António de Melo e de sua mulher D. Jerónima de Ávila.

Casou com D. Francisca de Vilhena, filha do seu tio paterno D. Luís de Noronha 1º, de quem teve D. António de Melo 2º, D. Isabel de Noronha, D. Jerónima de Ávila, que foram freiras nas Chagas (D. Jerónima professou em 1605), D. Joana de Vilhena que professou em 1615 com o nome de Joana da Madre de Deus e D. Ana de Melo que em 1616 (pupila de 7 anos então) hipotecou as casas do Licenciado Arcádio de Andrade ao dote de 400\$000 réis.

Creio ser este o Diogo de Melo que militava na Índia em 1565 e foi nesse ano a Ceilão por capitão para se despejar a cidade de Cota passando El-Rei a Colombo (Couto, Dec. 8, cap. 7). Este era filho de Francisco de Melo e chamavam-lhe o Rocador (Couto, Dec. 12).

Em 1603 tomou parte nas festas do casamento do Duque D. Teodósio II, sendo já viúvo. A 29 de Outubro renunciou a uma tença de 750\$000 réis que lhe dera o mesmo Duque para ser provido na Comenda de Santa Locaia que vagara por renúncia de D. Cristovão de Noronha, conforme o estipulado (Notas).

Já em 1587 era Estribeiro-mor do mesmo Duque e então houve dele a mercê de uma pensão vitalícia de 150\$000 réis (que cessou em 1603, como fica dito).

Teve também a Alcaidaria-mor de Barcelos e duas Comendas (História Genealógica, Tomo VI, págs. 426 e 656; Parnaso, L. 2, cap. 33). A Comenda de Santa Maria de Moreira foi assentada por ele em 1606 por 550\$000 réis, doze cordovões brancos, bons e grandes e duas pedras de linho tosquado: tudo

livre para o Comendador; e a de Cabeceiras de Bastos por 230\$000 réis, 125 arras de pano de linho largo e bom ou a 160 réis cada vara: tudo posto em Vila Viçosa (Notas).

Tinha um escravo chamado Diogo de Melo, ao qual deu licença para casar com Isabel Carvalho e em 1607 concedeu-lhe possuir bens até ao valor de --- 12\$000 réis (Notas).

Em 1614 arrenda a sua Comenda de S. Nicolau em 220\$000 réis anuais por dois anos e a de Santa Locaia por 470\$000 réis anuais.

Era falecido em 1624.

A filha Ana de Cristo professou já depois da morte do pai em 1625 com do te de 300\$000 réis e 100\$00 de propinas que deu seu irmão D. António de Melo.

Acho digno de menção que uma Bárbara Roiz, solteira, doasse a D. Diogo de Melo umas casas na rua de Santa Luzia onde morava António Mouro por descargo de consciência de as ter comprado com dinheiro furtado ao dito D. Diogo. Isto em 7 de Agosto de 1616 (Notas).

"O primeiro criado e bom servidor da Casa e bem instruído nos bons preceitos da antiga Corte Portuguesa", lhe chama a mesma História Genealógica no Tomo VII, pág. 5.

Foi Provedor da Misericórdia em 1607 (Tombo 1º da Misericórdia) e em 1616.

Foi Vereador em 1588, 1595, 1609, 1613 e 1617.

Era nascido em Vila Viçosa, onde morreu.

D. DIOGO DE MELO MANUEL (?)

Este era tio do precedente. Veio para Vila Viçosa, mas não foi cá nascido conforme entendo.

Casou com D. Maria de Bracamonte e teve (entre outros filhos) aquele D. Francisco de Melo Manuel morto em 1578 na batalha de Alcácer-Quibir.

A sua linha veio a extinguir-se, assim como a do precedente.

ÍNDICE
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE TRIGÉSIMO FASCÍCULO

D. ANTÓNIO DE NORONHA	7
ANTÓNIO DE OLIVEIRA 1º.	7
ANTÓNIO DE OLIVEIRA 2º.	8
ANTÓNIO DE OLIVEIRA CADORNEGA	8
ANTÓNIO PAIS VIEGAS	11
ANTÓNIO PEDRO DA ROCHA	12
ANTÓNIO PEDRO DOS SANTOS PINTO	13
ANTÓNIO PEDRO DE SOUSA DE BRITO	14
ANTÓNIO PENALVO DE TORRES (RAIMUNDO)	14
ANTÓNIO PEREIRA DE LACERDA	14
ANTÓNIO PEREIRA LOBO	15
ANTÓNIO PEREIRA DA SILVA	15
ANTÓNIO PIRES SANCHES	15
ANTÓNIO RAVASCO DE PINA	15
ANTÓNIO REBELO DE SOUSA MACEDO	16
ANTÓNIO REVES PEREIRA	16
ANTÓNIO RODRIGUES	17
ANTÓNIO RODRIGUES	17
ANTÓNIO RODRIGUES DE ALMEIDA	17
ANTÓNIO RODRIGUES CANHAO	18
ANTÓNIO RODRIGUES LEDO	18
ANTÓNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	18

ANTONIO ROIZ DIABO	18
ANTONIO ROIZ DE PINA	19
ANTONIO ROIZ DE PINA	19
ANTONIO DA ROSA E SOUSA	19
ANTONIO DO RUSSOL	20
ANTONIO DE SAIAL ou DE SAJAR	20
ANTONIO DE SANDE PINTO	21
FREI ANTONIO DE SANTA GERTRUDES PITEIRA	21
ANTONIO DA SILVA PARACANA	21
ANTONIO DA SILVEIRA	22
ANTONIO DA SILVEIRA DA FRANCA	23
ANTONIO DA SILVEIRA DE VILALOBOS	24
ANTONIO DE SOUSA	24
ANTONIO DE SOUSA DE ABREU	25
ANTONIO DE SOUSA DE BRITO 1º.	25
ANTONIO DE SOUSA DE BRITO 2º.	26
ANTONIO TAGARRO	26
ANTONIO TAVARES DE PINA	26
ANTONIO DE TAVORA PINTO	27
ANTONIO TEIXEIRA COUTINHO	27
ANTONIO DE TORRES DA SILVEIRA	27
ANTONIO VELHO DE GÓIS	27
ANTONIO DA VEIGA	28
ANTONIO VICTOR DE CARVALHO	29
ANTONIO VIEGAS	29
ANTONIO VIEGAS CORREIA	29

ANTONIO VIEIRA 1º.	29
ANTONIO VIEIRA 2º.	29
ANTONIO VIEIRA GIL	30
ANTONIO DE VILALOBOS	30
ANTONIO DE VILALOBOS	31
ANTONIO XAVIER DO VALE	31
APOLINÁRIO DE VALDERRAMA	31
ARCÁDIO DE ANDRADE	32
ATRES GONÇALVES BARRETO	33
AIRES DE MIRANDA	33
AIRES PINTO	33
BALTAZAR ALVES MAIO	34
BALTAZAR DE ABREU	34
BALTAZAR DA COSTA DE ABREU	34
BALTAZAR DO COUTO	34
BALTAZAR FERNANDES DIABO	35
BALTAZAR PERES	35
BALTAZAR PIRES VELHO	35
BALTAZAR RODRIGUES	35
BALTAZAR RODRIGUES DE ABREU	35
BALTAZAR RODRIGUES DE LEMOS	36
BAPTISTA DA COSTA	36
BARNABÉ CALDEIRA	36
BARTOLOMEU CAIADO (OU CASADO)	37
BARTOLOMEU CASADO	37
BARTOLOMEU FERNANDES	37

BARTOLOMEU FIALHO	38
BARTOLOMEU GARCIA CALDEIRA	39
BARTOLOMEU GOMES	40
BARTOLOMEU GOMES COELHO	40
BARTOLOMEU GOMES PINHEIRO	40
BARTOLOMEU LOBO DE ARRUDA	40
BARTOLOMEU PAIS	40
BARTOLOMEU PASSANHA	40
BARTOLOMEU DE VALADARES	40
BEATRIZ GANÇOSA	41
BEATRIZ DE TORRES DA COSTA	41
BEATRIZ MISURADA	42
BEATRIZ VAZ	42
BELCHIOR ALVARES DE VILALOBOS	43
BELCHIOR DE ANDRADE	43
BELCHIOR GARCIA CALDEIRA	43
BELCHIOR GARCIA DA SILVEIRA	43
BELCHIOR GÓIS DO REGO	44
BELCHIOR MENDES CACELA	45
BELCHIOR DO REGO DE ANDRADE	45
BELCHIOR RODRIGUES	47
BELCHIOR DE VILALOBOS	48
BENTO DE BAIONA	48
BENTO DIAS PANASCO	48
BENTO JOSÉ DIAS	49
BENTO MARTINS CALADO	50

BENTO MARTINS SAMEIRO 1º.	50
BENTO MARTINS SAMEIRO 2º.	50
BERNARDIM FREIRE PEREIRA	50
BERNARDINO FREIRE DE ANDRADE	51
D. BERNARDO ANTÓNIO DE LUCENA ALMEIDA E FARO	52
BERNARDO DE CARVALHO PEREIRA	52
BERNARDO DELGADO LOBO	52
BERNARDO LOPES	53
D. BERNARDO DE LUCENA E NORONHA	53
BERNARDO DE SOUSA SOTOMAIOR	53
BERNARDO MANUEL SILVEIRA	54
BERNARDO PEREIRA DE BERREDO	54
BOAVENTURA JOSÉ DE OLIVEIRA	54
DR. BRÁS DE ALMEIDA	55
BRÁS BORRALHO	55
BRÁS FERNANDES DE VILALOBOS 1º.	55
BRÁS FERNANDES DE VILALOBOS 2º.	56
BRÁS NUNES RIBEIRO	56
BRÁS SIMOES	56
BRÁS SOARES CASTELO BRANCO	56
BRÁS SOARES DE SOUSA	57
BRITES DE JESUS	57
CAETANO ALBERTO DA SILVA (ou DA COSTA)	58
CAETANO JOSE ALVES DE ARAÚJO	58
CASIMIRO JOSE PEREIRA	60
D. CATARINA DE AVALOS	60

D. CATARINA DE BRAGANÇA	60
D. CATARINA CORDEIRO	62
D. CATARINA DE LANDIM	62
CATARINA MARIA DE JESUS	62
CATARINA DO SALVADOR	62
D. CATARINA SARMENTO	63
CATARINA DOS SERAFINS	63
CRISTÓVÃO DE ANDRADE	63
CRISTÓVÃO DE ARAÚJO	63
CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 1º.	64
CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 2º.	64
CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 3º.	65
CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA 4º.	70
CRISTÓVÃO DE BRITO PEREIRA SOUSA MENEZES	70
CRISTÓVÃO DE BRITO DE SOUSA PEREIRA	71
CRISTÓVÃO DA CUNHA	71
CRISTÓVÃO FERNANDES DE VILALOBOS	71
CRISTÓVÃO LEITÃO	71
CRISTÓVÃO DE LEMOS DE MORAIS	72
CRISTÓVÃO MACHADO GRALHO	72
D. CRISTÓVÃO MANUEL	72
CRISTÓVÃO MANUEL DE SOUSA	73
CRISTÓVÃO MARIA DOS SANTOS	73
CRISTÓVÃO DE MATOS LUCENA	74
CRISTÓVÃO MENDES LEITÃO	74
CRISTÓVÃO MONTEIRO	74

CRISTÓVÃO DE LEMOS DE MORAIS	75
CRISTÓVÃO DE MORAIS	75
CRISTÓVÃO MORGADO	76
CRISTÓVÃO DE MURES GANÇOSO	76
D. CRISTÓVÃO DE NORONHA 19.	76
D. CRISTÓVÃO DE NORONHA 29.	76
CRISTÓVÃO PERES CADORNEGA	77
CRISTÓVÃO SANCHES	77
CRISTÓVÃO SARDINHA	77
CRISTÓVÃO DA SILVA RAMOS	77
CLAUDINA DA NATIVIDADE	78
CLEMENTE ANTUNES MOREIRA	78
FREI CLEMENTE DA CONCEIÇÃO	78
CLEMENTE JOSÉ DA MOTA	78
CLEMENTE LUIS LOBO	78
CLEMENTE RODRIGUES MONTANHA	79
CLEMENTE ROGADO DA SILVA	79
D. CONSTANTINO DE BRAGANÇA	80
CONSTANTINO DE CÁCERES	84
COSME DO COUTO	84
DR. COSME LOPES NETO	85
COSME RODRIGUES	85
CUSTÓDIO JOSÉ DE ANDRADE	85
DAMIÃO DO CRATO DA FONSECA	87
D. DINIS DE ALMEIDA	87
D. DINIS DE BRAGANÇA	87

DINIS DE MELO DE CASTRO	88
DINIS DE MELO DE CASTRO	89
D. DINIS DE NORONHA	89
D. DINIS DE SOUSA	89
DINIS DE ALMEIDA	89
DIOGO DE AMORIM DE FARIA	89
DIOGO BRAS DA SILVA	89
DIOGO BOTELHO	90
DIOGO DE CASTRO	90
DIOGO DE CASTRO E SILVA SOTOMAIOR	90
DIOGO DA CUNHA SOTOMAIOR 1º.	91
DIOGO DA CUNHA SOTOMAIOR 2º.	92
DIOGO FREIRE DE VILALOBOS	96
DIOGO GANÇOSO	96
DIOGO DE LEMOS SOARES	96
DIOGO LOPES NETO	98
DIOGO LOPES DE SOUSA	98
DIOGO LOPES VIEGAS	98
D. DIOGO DE LUCENA	99
DIOGO MAIO	99
DIOGO MANUEL	99
DIOGO MARTINS DE CARVALHO	99
DIOGO MARTINS SEPA	99
D. DIOGO DE MELO	100
D. DIOGO DE MELO MANUEL	101

IMPRESSO POR GRÁFICA CALIPOLENSE

VILA VIÇOSA

TIRAGEM 1 500 EXEMPLARES

MARÇO 1986

MEMÓRIAS

de

VILA VIÇOSA

É uma extensa monografia e laborada no século XIX, pelo Padre Joaquim José da Rocha Espanca cujo manuscrito se encontra arquivado na Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Investigação duma profundidade pouco comum, representa hoje um contributo importante para a divulgação principalmente da História e Etnografia da região.

Dada a extensão da obra cujo original é composto por cinco Tomos de quase mil páginas manuscritas cada, dividir-se-á cada Tomo em cinco volumes. Prevê-se ainda a publicação de outro trabalho do mesmo autor editado em 1894 sob o título "Estudo sobre as Antas e seus congéneres" de que foram impressos somente 200 exemplares.

